



Relatório de Gestão e
Contas 2012

www.adi.pt

ÍNDICE

A- Relatório de Gestão	3
Nota de Abertura.....	4
1. Criação de Condições favoráveis ao desenvolvimento da I&D Empresarial	5
2. Apoio à I&D Empresarial.....	18
3. Apoio à Internacionalização da I&D Empresarial	25
4. Outros Programas de Cooperação Internacional	29
5. Políticas de Empreendedorismo.....	40
6. Inovação com Apoio Adl.....	45
Anexo 1	49
Proposta de Aplicação de Resultados.....	62
B- Contas de 2012	63
Demonstrações Financeiras	64
Anexo às Contas.....	65
Parecer do Fiscal Único.....	66
Certificação Legal das Contas	67

A – Relatório de Gestão

Nota de Abertura

A atual conjuntura económica, refletindo um quadro de défice excessivo e de elevado nível de endividamento, domina o panorama macroeconómico nacional. Os condicionalismos subjacentes a esta conjuntura têm-se refletido na atividade dos vários organismos intermédios entre os quais a AdI- Agência de Inovação, S.A.

O Orçamento do Estado para 2011 e 2012 determinou para a Administração Pública e para o Setor Empresarial do Estado várias medidas restritivas, incidindo, fundamentalmente, ao nível da redução de custos.

Dando cumprimento às reduções impostas à AdI, foi necessário levar a cabo uma re-estruturação da empresa, implicando, entre outras, a diminuição dos seus recursos técnicos bem como a otimização de verbas, cada vez mais limitadas, em várias áreas/projetos. Esta re-estruturação originou também uma mudança de Conselho de Administração, a transição de competências da AdI para a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), bem como uma acentuada diminuição de atividade dos projetos internacionais. Simultaneamente a AdI passou a colaborar ativamente na implementação de uma nova área de atuação dedicada ao Empreendedorismo e Inovação, o Programa +E+I.

No âmbito da reforma da Administração Pública, numa ótica de otimização de recursos, eliminar redundâncias e reduzir substancialmente os seus custos de funcionamento, o governo decidiu a integração da AdI no novo IAPMEI, que passará assim a “acomodar” competências no âmbito da inovação e do desenvolvimento tecnológico. É publicado no final do ano o Decreto-lei 266/2012, que aprova a nova lei orgânica do IAPMEI e a dissolução da AdI.

Apesar da instabilidade institucional e orçamental, a AdI conseguiu cumprir a sua missão, tendo mesmo em certos casos ultrapassado as metas de execução propostas pelo governo.

Cumpre-nos assim transmitir os nossos agradecimentos a todos os colaboradores pelo trabalho e empenho.

O Conselho de Administração,

1. Criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da I&D Empresarial

A Adl desde a sua criação, em 1993, vem gerindo vários programas e medidas tendo apoiado cerca de **2745** empresas diferentes.

Entre as medidas que contribuem para o alargamento da I&D a mais empresas destacamos três (3):

- 1.** A dinamização da medida de apoio aos Doutoramentos Empresarias – “Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE)” ;
- 2.** A dinamização, seleção e supervisão de bolseiros nas três grandes instituições científicas internacionais de que Portugal é Estado membro: CERN, ESA e ESO;
- 3.** Apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas.

As iniciativas 1. e 2. transitaram no final do ano para a FCT.

1. Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE)

As BDE visam promover a formação avançada em ambiente empresarial, através da cooperação entre empresas e universidades em torno de projetos de interesse para a empresa e cujo desenvolvimento permita ao estudante a obtenção do grau de doutor, conferido pela Universidade. Nesta iniciativa estão associadas a Adl, que contribui para a promoção de contactos junto do meio empresarial e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia que promove a avaliação e a gestão das bolsas.

As BDE destinam-se a licenciados ou mestres para realização de trabalho de doutoramento no país, em ambiente empresarial, em temas de relevância para a empresa.

Durante o ano de 2012 a Adl foi contactada por vários candidatos e empresas, com pedidos de informação sobre BDE, tendo prestado esclarecimentos sobre o funcionamento deste tipo de bolsa. Em 2012 foram apresentadas na Fundação para a Ciência e Tecnologia 58 candidaturas, tendo sido aprovadas 26 e recusadas 36. De notar que em 2012 foram aprovadas 4 candidaturas que haviam sido submetidas em 2011.

BDE por Universidades que conferem o Grau de Doutoramento

Inst. que conferem GRAU	Início da Bolsa									Total	%
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
U. Minho	6	6	5	8	6	4	2	4	3	44	17
U. Porto		6	4	8	1	9	7	7	5	47	18
U. Católica	1				1					2	1
UTAD			1						1	2	1
U. Aveiro		4	3	4		6	5	3	2	27	11
U. Beira Interior		2	1		3			1		7	3
U. Coimbra	1	4	1	4	3	4	4	3	5	29	11
ISCTE	1		1	1		1				4	2
U. Lisboa			1		1	2	4	1	4	13	5
UNL	1	7	1	6	1		8	4	1	29	11
UTL	1	8	7	4	4	5	4	7	6	46	18
U. Évora				1			1			2	1
U. Algarve			1			1	1		1	4	2
Total	11	37	26	36	20	32	36	30	28	256	100

O quadro anterior evidencia as bolsas que além de aprovadas foram iniciadas em cada ano.

Podemos verificar que desde 2004 até 2012 foram iniciadas 256 BDE, compreendendo Doutoramentos, maioritariamente, das Universidades do Porto, Técnica de Lisboa e Minho.

Da análise do quadro, podemos ainda confirmar que o número de candidaturas iniciadas estabilizou, não evidenciando grandes oscilações nos últimos anos.

2. Formação e Treino em Organizações Científicas e Tecnológicas Internacionais

A Adl firmou protocolos com Organizações Científicas Internacionais, nomeadamente com o CERN (Laboratório Europeu de Física de Partículas), a ESA (Agência Espacial Europeia) e o ESO (Observatório do Sul Europeu) com o objetivo de formar e treinar licenciados em domínios onde a competência dessas organizações é internacionalmente reconhecida.

A Adl oferece oportunidades de formação e treino, pelo período mínimo de 1 ano e máximo de 2, permitindo o desenvolvimento de um plano de formação complementar (*on-the-job-training*), em domínios estratégicos para o aumento da competitividade das empresas portuguesas.

As bolsas de estágio são atribuídas pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, competindo à Adl a gestão deste programa, nomeadamente:

- Proceder ao levantamento e seleção das necessidades e oportunidades de formação junto do tecido empresarial português;
- Promover as ações de divulgação e abertura de concursos;
- Assegurar o atendimento e informação aos candidatos e a receção das candidaturas;
- Assegurar a organização e a verificação dos processos de candidatura;
- Promover a avaliação e a seleção das candidaturas por painéis compostos por especialistas;
- Submeter as candidaturas aprovadas a homologação;
- Proceder à comunicação das decisões aos candidatos;
- Promover o acompanhamento, a avaliação e o controlo das ações apoiadas, de acordo com as normas aplicadas;
- Contactos com as estruturas do CERN, da ESA e do ESO.

É de salientar que a atividade dos bolseiros é avaliada anualmente “*in-loco*” pela AdI.

Importa referir, como nota explicativa do número de candidaturas aprovadas, que o orçamento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia destinado a esta tipologia de bolsas diminuiu consideravelmente em 2012, tendo a FCT limitado a aprovação a 10 bolsas para este ano.

Dado o número reduzido de bolsas a atribuir para cada uma das instituições, o Painel de Avaliação optou, em relação ao CERN, por ocupar posições que constituíam, por um lado, uma continuação de tarefas de anteriores bolseiros e, por outro, a aplicação do critério empresarial, privilegiando-se as posições que envolviam a participação portuguesa no CERN e de importância estratégica nacional.

Relativamente à ESA, o Painel de Avaliação baseou-se na lista de prioridades identificadas pelo *Space Office* da FCT, após consulta às empresas nacionais nestas áreas.

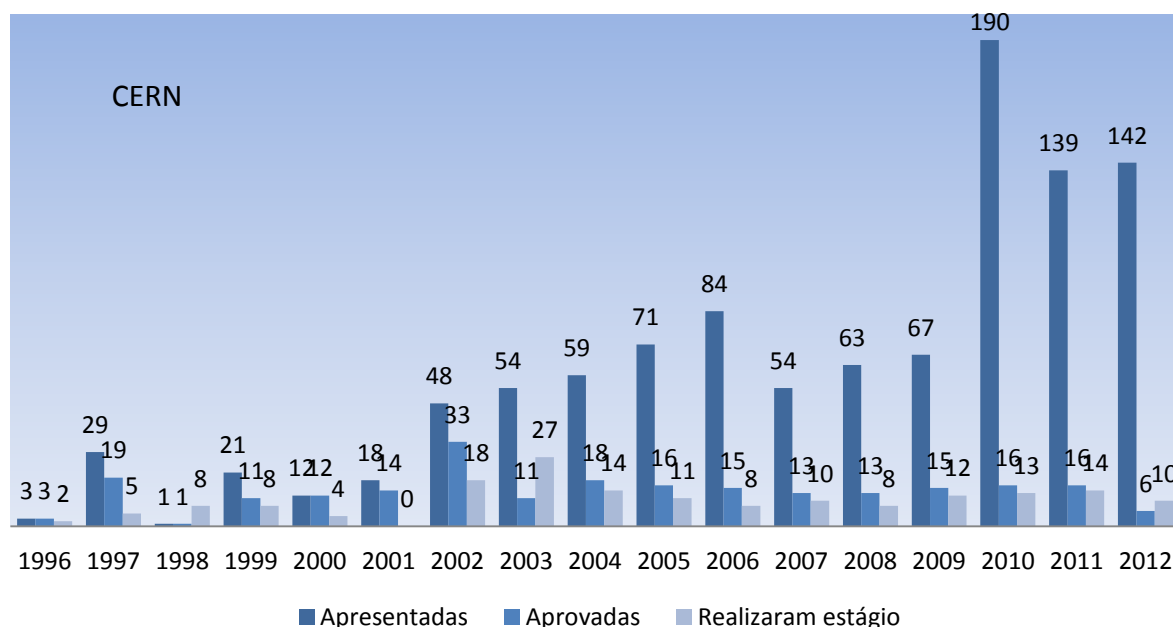
No que diz respeito ao ESO, o Painel de Avaliação optou pela oportunidade recomendada pelo ESO, escolhendo o candidato que melhor se adequava à mesma.

CERN – Laboratório Europeu de Física de Partículas

Em 2012 a AdI procedeu a uma divulgação pública das Oportunidades de Formação e Treino no CERN junto dos Gabinetes de Saídas Profissionais das Universidades, dos Institutos Politécnicos e demais interessados, tendo sido avaliadas 142 novas candidaturas, 6 das quais foram aprovadas. Estes 6 candidatos iniciarão o seu estágio em 2013.

Em 2012, iniciaram estágio 10 candidatos selecionados pelo painel de avaliação realizado em 2011.

No final de 2012 estavam em formação no CERN 10 bolseiros portugueses através deste programa de formação *on-the-job-training*.



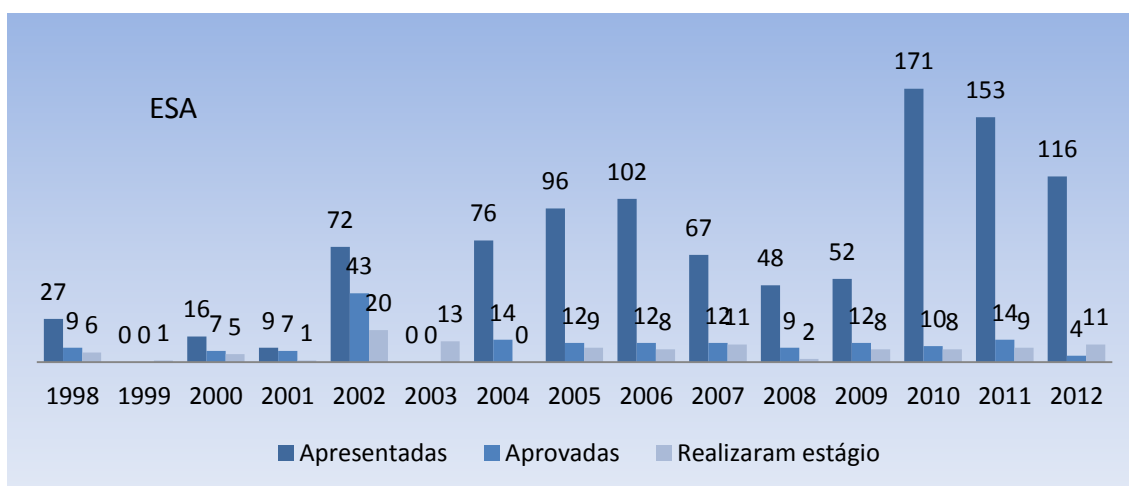
Para além das atividades relacionadas com as candidaturas, seleção e integração dos bolseiros, a AdI, em 2012, assegurou ainda o atendimento e esclarecimento dos candidatos interessados em candidatar-se a uma bolsa de estágio no CERN, bem como o acompanhamento dos bolseiros que se encontravam em formação nessa Organização, nomeadamente em aspetos relacionados com os pedidos de renovação apresentados à FCT, para posterior comunicação ao CERN.

ESA – Agência Espacial Europeia

Durante o ano de 2012 a AdI recebeu 116 candidaturas, que foram avaliadas pelo Painel de Avaliação, tendo sido aprovadas 4 candidaturas. Estes 4 candidatos iniciarão o seu estágio em 2013.

Em 2012, iniciaram estágio 11 candidatos selecionados pelo painel de avaliação realizado em 2011.

No final de 2012 estavam em formação na ESA 11 bolseiros portugueses através deste programa de formação *on-the-job-training*.



Para além das atividades relacionadas com as candidaturas e o painel de avaliação, em 2012 a AdI assegurou ainda o atendimento e esclarecimento dos candidatos interessados numa bolsa de estágio no ESA.

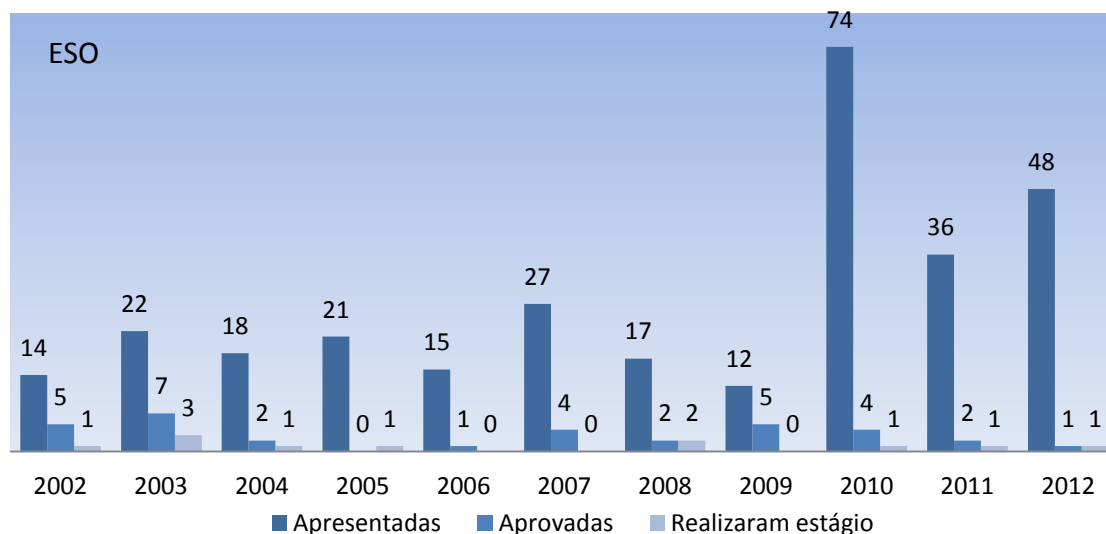
ESO – European Southern Observatory

Em 2012 realizou-se um Painel de Avaliação para a seleção de candidatos a formação e treino no ESO.

Das 48 candidaturas recebidas, foi aprovada 1, cujo candidato, entretanto, desistiu.

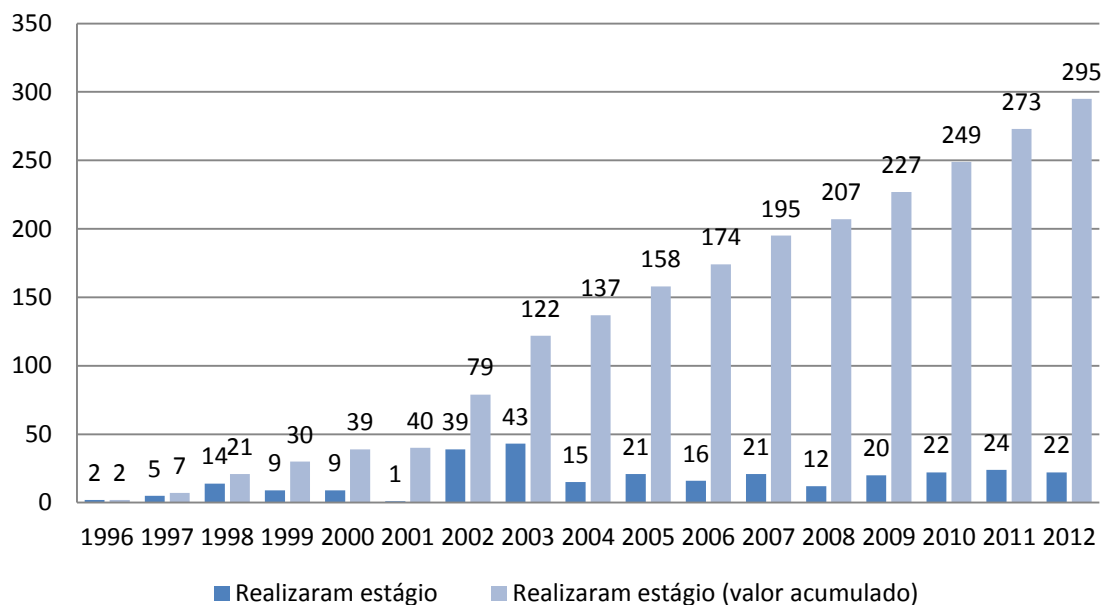
Em 2012, iniciou-se o estágio de um dos candidatos selecionados pelo painel de avaliação realizado em 2011.

No final de 2012 estava em formação no ESO 1 bolseiro português através deste programa de formação *on-the-job-training*.



Para além das atividades relacionadas com as candidaturas e operacionalidade do painel de avaliação, em 2012 a Adl assegurou ainda o atendimento e esclarecimento dos candidatos interessados numa bolsa de estágio no ESO.

Estágios realizados nas 3 organizações



Da análise do quadro, verificamos que realizaram estágio através deste programa 295 bolseiros.

Relembramos que sobre os resultados desta medida no emprego qualificado e na competitividade da economia foi editado um Balanço de uma década de experiência, disponível em <http://www.Adl.pt/estagiosinternacionais.htm>.

3. Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas

A Adl foi nomeada pelo Ministério da Economia e Emprego, organismo competente para, no âmbito do Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, intervir:

1. Aquando dos avisos de abertura dos concursos;
2. Na emissão um parecer conclusivo relativamente ao enquadramento de cada uma das candidaturas nos objetivos das políticas públicas setoriais;
3. Na apreciação do mérito das candidaturas.

O Apoio acima mencionado consubstancia-se em três Sistemas de Apoio:

SAPCTIEBT - Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica;

SAIECT – Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas;**SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas.**

As operações a apoiar no âmbito destes sistemas enquadram-se no Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento dos PO's Regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve).

O **SAPCTIEBT** visa, designadamente:

- a) Criar, promover, consolidar ou expandir infraestruturas de acolhimento e apoio a atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e à valorização económica e social dessas atividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nomeadamente, parques de C&T (também designados por polos tecnológicos, parques tecnológicos), incubadoras de empresas de base científica e/ou tecnológica, tendo como principal objetivo a evolução estrutural da economia nacional para setores tecnológicos;
- b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de I&D e instituições de ensino superior, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento dos diferentes setores institucionais, fortalecendo sistemas regionais e setoriais de inovação e desenvolvimento de competências;
- c) Promover processos de transferência de tecnologia entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o tecido produtivo, fomentando a interação entre agentes;
- d) Promover a valorização económica e social da C&T e o empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica, estimulando a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica.

São **suscetíveis de financiamento**, as seguintes tipologias de operações:

- a) **Infraestruturas físicas Parques de Ciência e Tecnologia (PCT):** Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de PCT compreendendo edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infraestruturas físicas de uso coletivo incluindo zonas comuns, infraestruturas viárias, telecomunicações, infraestruturas de banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;
- b) **Infraestruturas Físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica:** Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de IEBT compreendendo, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infraestruturas físicas de

uso coletivo incluindo zonas comuns, infraestruturas viárias, telecomunicações, banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

c) **Empreendedorismo Tecnológico:** Projetos estruturados de promoção de novas empresas de base tecnológica, promovidos pelas entidades gestoras de PCT ou de IEBT ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento direto de projetos empresariais;

d) **Serviços Partilhados:** Reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de PCT e IEBT visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infraestruturas, bem como projetos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de PCT e IEBT, incluindo ações de *benchmarking* internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais.

Por sua vez, O **SAIECT** visa consolidar e qualificar a oferta de tecnologias, serviços e produtos de base tecnológica e, nomeadamente:

a) Estender e otimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade portuguesa a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infraestruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e a sua interação com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica;

b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior e estabelecimentos de educação com cursos profissionais, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento das empresas, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências;

c) Estimular a criação de uma rede coerente de equipamentos e infraestruturas em instituições de investigação científica e tecnológica;

d) Estimular a criação, em estabelecimentos do ensino básico e secundário, de uma rede coerente de infraestruturas e equipamentos tecnológicos, com vista à generalização de práticas pedagógicas inovadoras, à preparação dos alunos para a economia do conhecimento, à modernização da gestão escolar e à garantia da integridade das instalações e equipamentos educativos, no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo Plano Tecnológico da Educação;

- e) Promover a articulação entre as redes de ensino superior e da ciência e as infraestruturas das instituições de investigação científica e tecnológica;
- f) Consolidar e desenvolver redes de equipamento científico de uso comum;
- g) Racionalizar a rede nacional de infraestruturas tecnológicas e científicas;
- h) Promover a participação de empresas e outros agentes nacionais em projetos mobilizadores de natureza científica, tecnológica e educativa, estimulando um ambiente inovador para o fomento da competitividade empresarial na economia do conhecimento;
- i) Fortalecer a capacidade de resposta das infraestruturas científicas e tecnológicas, dotando-as de capacidade efetiva de resposta aos desafios do tecido económico -produtivo, nomeadamente no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções de elevado valor acrescentado.

São **suscetíveis de financiamento**, as seguintes tipologias de operações:

- a) **Infraestruturas Tecnológicas:** Infraestruturas físicas e equipamentos; Projetos de expansão ou requalificação de infraestruturas tecnológicas já existentes, podendo ainda ser considerados com carácter excecional infraestruturas físicas a desenvolver, em particular, no quadro de novas Centros de Transferência de CTT, CT, INT, CEDP e EN. Compreendem, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum, equipamentos laboratoriais e outros, que permitam o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas relevantes para a competitividade das empresas e/ou a difusão do conhecimento;
- b) **Infraestruturas científicas:** Construção e equipamento de novas instalações; Adaptação, renovação, atualização e expansão de equipamentos científicos e respetivas infraestruturas de instituições científicas e tecnológicas; Remodelação ou adaptação de infraestruturas da ciência com o objetivo de promoção das condições de segurança e da eficiência energética.
- c) **Plano Tecnológico da Educação:** Projetos de infraestruturas de redes e equipamentos tecnológicos; Projetos de desenvolvimento de plataformas e serviços tecnológicos para a Educação.

Por último, o **SIAC**, visa potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as associadas aos fatores imateriais da competitividade de natureza coletiva, que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia.

São **suscetíveis de apoio** as seguintes tipologias de projeto:

- a) Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos setores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;
- b) Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;
- c) Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;
- d) Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;
- e) Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;
- f) Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.

Os projetos podem ser apresentados de entre três modalidades:

- a) Projetos públicos – promovidos exclusivamente por entidades públicas com competências próprias na área de intervenção;
- b) Projetos privados – promovidos exclusivamente por entidades privadas sem finalidade lucrativa que deverão merecer parecer positivo das entidades públicas com competências próprias na área de intervenção;
- c) Projetos público-privados – promovidos em parceria, integrando entidades privadas e públicas com competências próprias na área de intervenção, sendo q a Adl só se pronuncia sobre Projetos Privados (b)).

Apresenta-se de seguida quadro com Avisos de Abertura de Concurso publicados em 2011- cuja Avaliação decorreu no ano de 2012 - bem como os Avisos de Abertura de Concurso publicados em 2012.

Região	AAC	Sistema de Apoio	Nº Candidaturas apresentadas	Nº Candidaturas Parecer favorável
Norte	SAIECT – IETIEFE - EA/2011	SAIECT	1	1
Centro	Convite Público nº Centro-ICT-2012-04	SAIECT	1	--
Alentejo	Aviso 1 –SAPCT/SAICT – Alent-15-2011	SAIECT	4	

	Aviso 1 –SAPCT/SAICT – Alent-44-2011	SAPCTIEBT	8	
--	--------------------------------------	-----------	---	--

No âmbito do Aviso da CCDR Norte, SAIECT – IETIEFE - EA/2011 foi avaliado o Mérito da única candidatura: Região Norte - Base Tecnológica do *Cluster Aeronáutico Nacional – “BT- Aerocluster”* do Co-promotor CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel. Previamente, fomos de parecer que a candidatura, após a reformulação do Investimento Total apresentado inicialmente, se enquadrava nos objetivos das políticas públicas para o setor da Economia, potenciando o reforço das competências nacionais ao nível da engenharia aeronáutica. Posteriormente a avaliação do Mérito resultou em decisão favorável.

No âmbito do Convite Público nº Centro-ICT-2012-04, foi apresentado o projeto “*Labet - Ensaios Estruturais*”, pelo ISQ de Castelo Branco. A AdI emitiu em Dezembro de 2012 um parecer conclusivo positivo no que concerne ao enquadramento daquela nos objetivos das políticas públicas das respetivas áreas setoriais.

Relativamente aos concursos do INALENTEJO, foi publicado em 2009 o Aviso 1 – SAPCT/SAICT – que previa a possibilidade de financiamento de candidaturas que abrangessem operações de tipologias previstas nos Regulamentos SAPCT e SAICT, desdobrando-se em duas fases: a 1ª fase consistia na apresentação de um Programa Estratégico que serviria de enquadramento a futuras candidaturas. Embora não sendo objeto de financiamento, apenas os promotores que vissem os seus Programas Estratégicos aprovados, se podiam considerar como enquadrados na 2ª fase; esta decorreu no ano de 2012.

Relativamente ao Aviso de Abertura de Concurso do INALENTEJO, Aviso 1 – SAPCT/SAICT – e respetivas Orientações Técnicas (Alent-44-2011 e Alent-15-2011), a AdI emitiu um parecer prévio positivo no que respeita às seguintes candidaturas (Infraestruturas Tecnológicas):

Orientação Técnica /nº operação	Promotor	Designação
Alent-15-2011 / 1803	Cevalor	Laboratório de Materiais e Tecnologias de produção – <i>Upgrade</i> do Lab.Ensaios Mecânicos
Alent-15-2011 / 1805	Cevalor	Laboratório de Novas Tecnologias e Produtos da pedra Natural - <i>Newtechstone</i>
Alent-15-2011 / 1881	Instituto Politécnico de Portalegre	Centro de Atendimento Veterinário Escolar/Análises Clínicas Veterinárias

Alent-15-2011 / 1883	Instituto Politécnico de Santarém	Laboratório de Investigação em Desporto e Saúde - LID
Alent-44-2011 / 1869	Instituto Politécnico de Beja	SRTT- SAPCTIEBT
Alent-44-2011 / 1873	Instituto Politécnico de Portalegre	BioEnergia
Alent-44-2011 / 1874	PCTA	Candidatura Única: Governação e Infraestruturas Comuns, Espaço de Localização de Empresas e Espaços Exteriores do PCTA Évora
Alent-44-2011 / 1875	ADRAL – Agencia de Desenvolvimento Regional do Alentejo, SA	Centro IDEA – Centro de Inovação e Desenvolvimento Económico do Alentejo
Alent-44-2011 / 1877	NERE AE	Centro de Negócios do Alentejo
Alent-44-2011 / 1880	ANJE	Incubadora <i>BrainLink</i>
Alent-44-2011 / 1882	IDERSANT	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica
Alent-44-2011 / 1835	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M	Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura

Para uma adequada sustentação da Avaliação de Mérito, a AdI efetuou em 30 de outubro e 2 de novembro, visitas com os promotores aos locais onde pretendiam realizar 8 operações candidatas.

A AdI avaliou o mérito de cada uma das operações, tendo-se pronunciado sobre todos os seguintes critérios exceto o critério C – contributo para a competitividade regional:

A – Qualidade intrínseca da Operação

A.1 Coerência e razoabilidade do projeto;

A.2 Capacidade para gerar investimento público e privado em IDT nas entidades do SCTN e nas empresas

A.3 Capacidade para atrair empresas de elevada intensidade tecnológica, e ou IDT empresarial

A.4 Qualidade da equipa responsável pela execução do projeto.

B – Contributo para a competitividade nacional

B.1 Contributo para o aumento da consolidação das capacidades nacionais e de IDT e inovação tecnológica;

B.2 Articulação com as Estratégias de Eficiência Coletiva de âmbito nacional;

D – Grau de inovação e abrangência do projeto

D.1 Caráter inovador do projeto;

D.2 Existência de ligações institucionais com a rede nacional de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

2. Apoio à I&D Empresarial

A Agência de Inovação, S.A. (Adi) apoia a execução da política nacional para a inovação e o desenvolvimento tecnológico facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

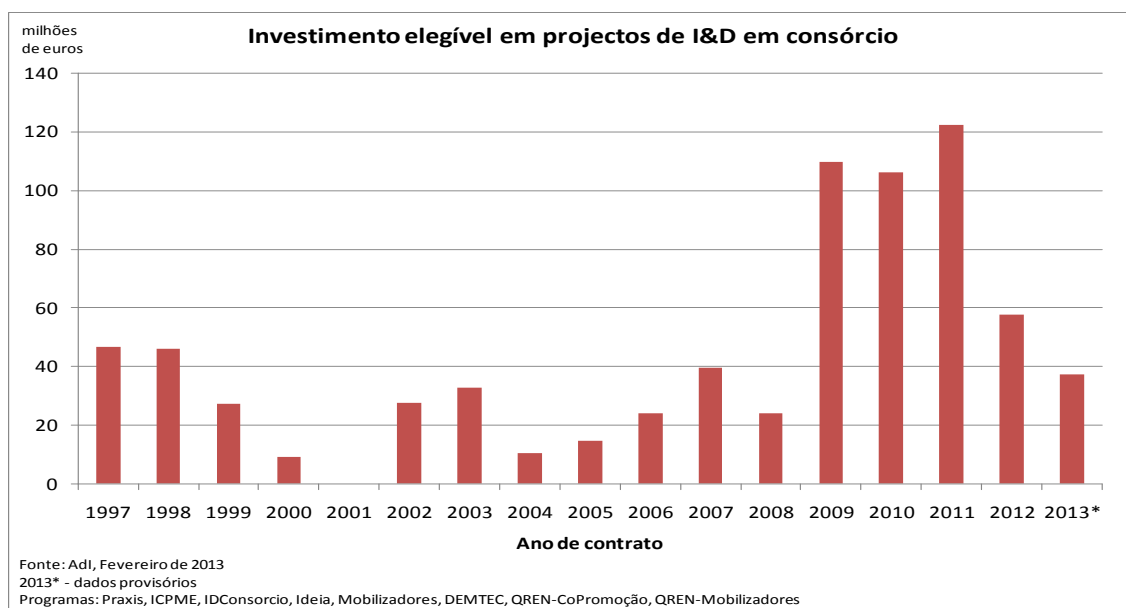
No cumprimento do objeto social da Adi, nomeadamente, o desenvolvimento de ações destinadas ao desenvolvimento da inovação tecnológica empresarial em Portugal, a Adi promove a I&D Empresarial, essencialmente, através de dois tipos de apoios:

1. Apoio financeiro;
2. Apoio fiscal.

1. O **Apoio Financeiro** é concretizado atualmente, através de três medidas, que têm em comum a I&D ser realizada em consórcio entre empresas e entidades do C&T. Duas são financiadas pelo QREN: a **I&D em Co-promoção** e os **Mobilizadores**; a terceira é de âmbito internacional – **Programa EUREKA e EUROSTARS**.

O quadro abaixo ilustra o volume de investimento elegível dos projetos financiados nos últimos 15 anos.

Em 2012, o valor do investimento contratado no âmbito das medidas financiadas pelo QREN ascendeu a cerca de 58 milhões de euros, significativamente abaixo do verificado no ano anterior. O ano de 2011 correspondeu ao ano de contratação dos projetos mobilizadores, que envolvem um investimento elegível muito superior ao dos projetos em Co-promoção e, por esse motivo, nesse ano o investimento elegível atingiu valores excepcionais.



No início do ano de 2012 concluiu-se a avaliação das 173 candidaturas do AAC 13/2011, tendo sido considerados elegíveis 66 projetos.

Tendo presente a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, que adotou disposições sobre a suspensão de novos compromissos, a notificação das decisões dos projetos deste AAC sofreu um considerável atraso, que se refletiu no processo de contratação.

Ainda no primeiro semestre deste ano, a Adl disponibilizou os seus recursos e competências para a avaliação de projetos de I&D individual, contribuindo desta forma para o cumprimento dos prazos estipulados no AAC 17/2011. Foram avaliados 142 projetos, dos quais 61 mereceram parecer elegível. No âmbito deste aviso, e já no 2º semestre, a Adl foi igualmente responsável pela análise das 11 reclamações e 61 alegações contrárias apresentadas pelos promotores.

A participação da Adl no AAC 17/2011 implicou que os processos de contraditório – alegações contrárias e reclamações – do AAC 13/2011 só fossem objeto de análise no 2º semestre de 2012. Foram assim avaliadas 57 alegações contrárias e 10 reclamações.

Neste ano foi lançado um concurso de carácter temático (AAC 01/2012), destinado exclusivamente a iniciativas que visassem a consolidação da estratégia de *clusterização* do setor aeronáutico nacional, e por esse motivo, muito restrito em termos de candidaturas e de investimento. Foram objeto de avaliação 9 candidaturas, das quais 3 mereceram parecer elegível.

No último trimestre de 2012, foi lançado um novo aviso de abertura de candidaturas no âmbito do I&DT Co-promoção – o AAC 08/2012. Com objetivo de simplificar o processo de decisão e introduzir um maior planeamento no acesso aos apoios disponíveis às PME, este Aviso contempla uma metodologia de receção de candidaturas de forma contínua até final do QREN, com decisões faseadas.

Na 1ª fase, que decorreu de 12 de outubro a 15 de novembro, foram submetidas 109 candidaturas, tendo sido avaliadas 100. Destas, 44 mereceram parecer favorável e 56 parecer desfavorável.

Co-Promoção e Mobilizadores: Número de candidaturas por aviso de abertura de concurso						
Aviso de Concurso		Candidaturas recebidas	Candidaturas avaliadas	Candidaturas elegíveis	Candidaturas elegíveis não financiadas	Candidaturas não financiadas
1º Concurso	2007/05	85	77	40	0	34
2º Concurso	2008/09	207	188	70	26	82
3º Concurso	2008/22	163	162	85	12	55
4º Concurso - Automóvel	2009/02	8	8	6	0	2
5º Concurso - RNG	2009/15	20	19	10	2	7
6º Concurso	2009/16	131	123	52	15	47
7º Concurso	2009/35	147	137	68	13	49
Mobilizadores	2009/36	16	16	14	0	2
8º Concurso	2011/03	132	129	61	0	65
9º Concurso	2011/13	182	173	66	1	102
10º Concurso - Aeronáutica	2012/01	9	8	3	0	5
11º Concurso	2012/08	109	101	44	0	56
TOTAL		1193	1125	505	69	504

Nos dois concursos para a medida de I&D em Co-promoção de 2012 entraram 118 candidaturas, o que representa um decréscimo no número de candidaturas face a concursos anteriores. Três explicações se encontram para esta situação: por um lado, porque um dos concursos tinha carácter temático, autolimitando por esse motivo o número de candidaturas; por outro lado, o facto do novo concurso ter um carácter contínuo, com datas predefinidas para os processos de avaliação, permitiu aos promotores estabelecer uma gestão programada da submissão das suas candidaturas até ao final do QREN; por último, e relativamente à 1ª fase, verificou-se um período curto para a apresentação de candidaturas comparativamente às fases seguintes.

Assim, em termos acumulados, no final de 2012 foram considerados elegíveis 505 projetos financiados pelo QREN, que contam com a participação de 1788 promotores, dos quais 986 empresas.

Projetos em curso na Adl						
Programa de Apoio	Nº Projectos	Nº Promotores	Nº Promotores Empresariais	Investimento Elegível (€)	Apoio Público (€)	Tx. Apoio Público
IBEROEKA*	4	9	5			
EUREKA*	28	53	25			
EUROSTARS	31	42	27	6.487.059	4.136.442	64%
QREN-CoP	456	1.327	709	335.793.194	219.252.113	65%
QREN-Mobilizadores	14	311	197	81.150.396	56.307.705	69%
Total Adl	533	1.742	963	423.430.649	279.696.261	66%

**Projetos internacionais em execução sem apoio financeiro do QREN. Existem mais 20 projetos EUREKA e IBEROEKA, que tendo apoio à componente nacional pelo QREN estão considerados nessa tipologia de projetos.*

No quadro junto sintetizamos os principais dados estatísticos sobre os projetos de I&D que foram aprovados e que estão em curso e portanto sujeitos a acompanhamento pela Adl.

No total estão em curso mais de meio milhar de projetos que envolvem em média três co-promotores por projeto, já que no total estão envolvidos nestes 533 projetos cerca de 1.742 co-promotores.

É este último número que dá uma ideia do volume e da complexidade do trabalho de acompanhamento dos projetos em curso. Embora em cada projeto haja um promotor líder, as relações da Adl estabelecem-se com todos os co-promotores, uma vez que se permite a apresentação de pedidos de pagamento individuais, sustentados por relatórios técnicos consolidados que espelham as atividades do consórcio como um todo, bem como pedidos de informação, de interpretação de regulamentos, de alteração do que está contratado, etc.

Durante a prossecução dos projetos a Adl tem ainda de analisar e dar parecer sobre os relatórios técnicos e financeiros que permitem acompanhar o bom andamento dos projetos e, sempre que tal é considerado necessário, efetuar visitas intercalares aos projetos acompanhados de perito externo.

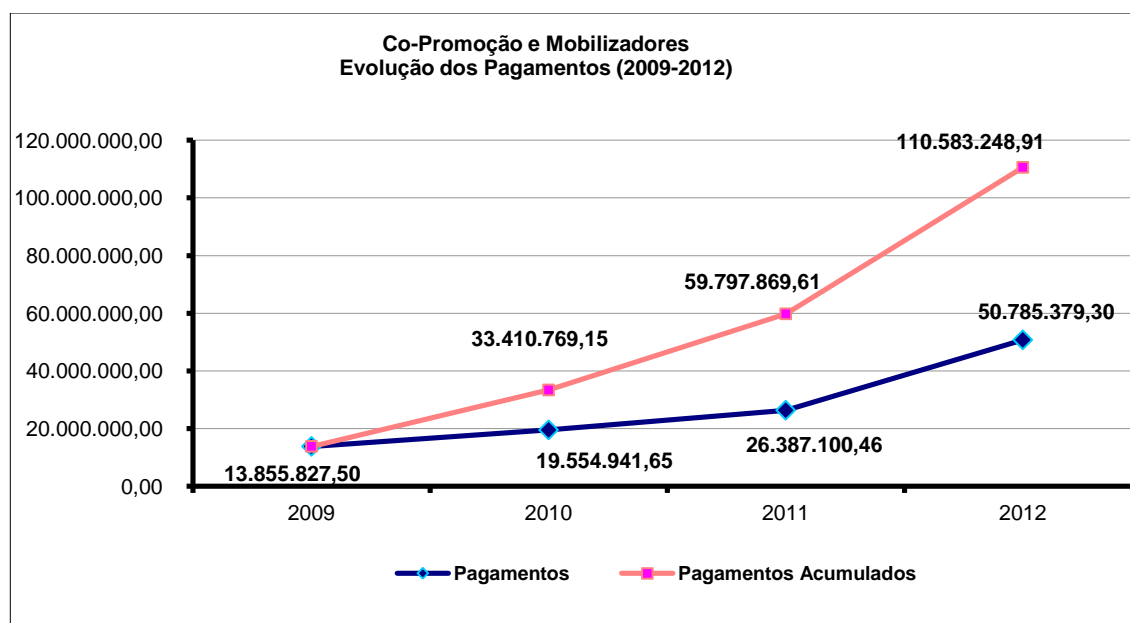
Este processo de acompanhamento é importante não só para acautelar a correta utilização dos dinheiros públicos, como também para contribuir para o sucesso do projeto, ao validar opções decorrentes de um processo de I&D que eventualmente poderiam não ter sido equacionadas no desenho do projeto, acomodando sugestões de peritos especialistas nas áreas críticas de desenvolvimento, etc.

Para o encerramento dos projetos, segundo os procedimentos que temos como adequados, decorre uma visita final no local, ou locais, onde o consórcio desenvolveu as atividades. Esta visita, em que a Adl é assessorada por um perito externo, tem por base a análise do relatório final. Em muitos casos participamos também em sessões de divulgação e apresentação pública.

As visitas finais são importantes não só para complementar a informação dos Relatórios Finais, avaliar do cumprimento dos objetivos dos projetos mas, também para perceber as perspetivas de valorização dos resultados no mercado, identificando barreiras que possam ser superadas com o nosso apoio ou com a intervenção de outras entidades públicas.

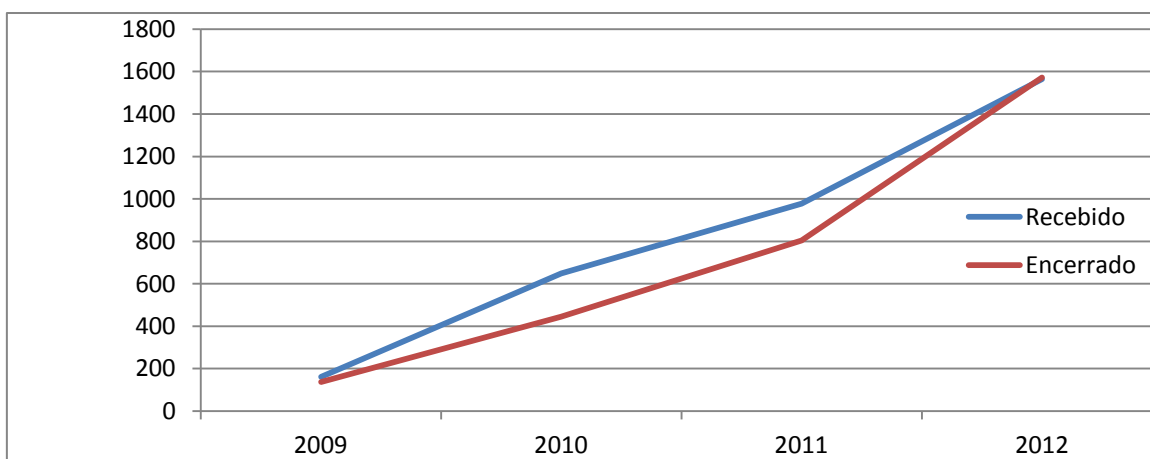
Em termos de execução financeira, verificou-se um aumento acentuado dos pagamentos no ano de 2012, tendo os mesmos ascendido a € 50.785.379,30, o que representa um aumento de 92,46% em relação ao ano anterior.

Programas	2009	2010	Variação	2011	Variação	2012	Variação	Total
PO FC	10.124.649,28	13.376.571,05	32%	19.517.756,04	46%	40.800.577,86	109%	83.819.554,23
PO Norte	568.509,73	2.481.640,92	337%	3.111.932,54	25%	3.688.591,02	19%	9.850.674,21
PO Centro	902.758,59	1.434.364,71	59%	1.497.654,29	4%	2.323.263,85	55%	6.158.041,44
PO Lisboa	2.245.663,69	2.254.963,34	0%	2.135.007,99	-5%	3.304.783,51	55%	9.940.418,53
PO Alentejo	0	0		0		182.405,31	--	182.405,31
Po Algarve	14.246,21	7.401,63	-48%	124.749,60	1585%	485.757,75	289%	632.155,19
Total	13.855.827,50	19.554.941,65	41,13%	26.387.100,46	34,94%	50.785.379,30	92,46%	110.583.248,91



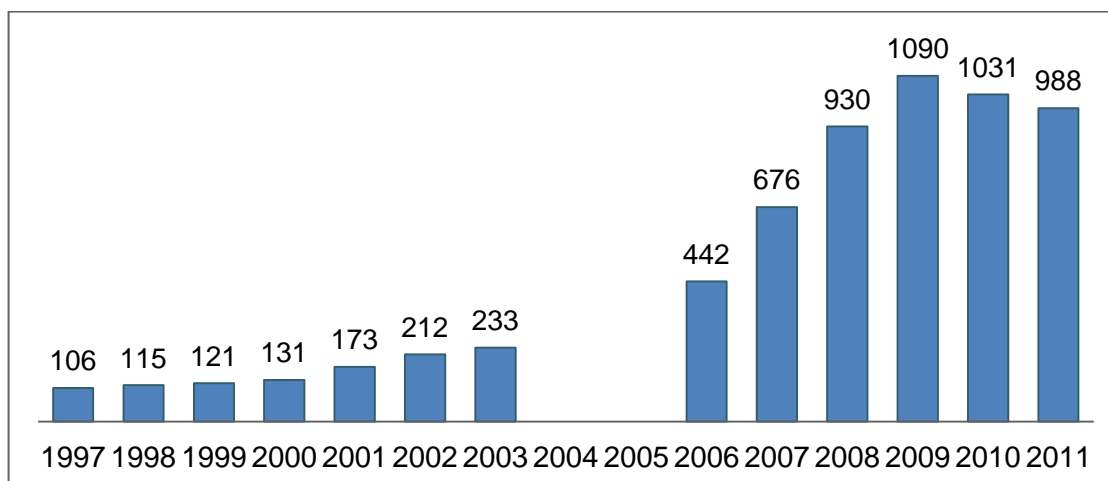
Conforme consta do quadro e gráfico abaixo, é bem visível o esforço levado a cabo pela AdI em termos de execução financeira ao longo dos anos. Desta forma, apesar do número significativo de pedidos de pagamento submetidos em 2012, que registou um aumento de 60% em relação ao ano de 2011, verifica-se que o número de pedidos de pagamento encerrados em 2012 quase duplicou, com um acréscimo de 96% em relação ao ano anterior.

Pedidos Pagamento	2009	2010	Variação	2011	Variação	2012	Variação	Total
Recebidos	162	648	300%	978	51%	1564	60%	3352
Encerrados	137	445	225%	804	81%	1572	96%	2958



O acréscimo tão significativo do número de pedidos de pagamento em 2012 está indexado, por um lado à “Operação Limpeza” levada a cabo entre Março e Abril de 2012, em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012 de 01/03/2012, visando confirmar que o patamar mínimo de 10% de execução por projeto estava cumprido com despesas realizadas pelo promotor antes de 1 de Março de 2012. Desta forma, esta operação conduziu à submissão de um número significativo de pedidos de pagamento. Por outro lado, na sequência da introdução das execuções semestrais a partir dos AAC 03/2011 e 13/2011, os promotores passaram a ter que submeter pedidos de pagamento semestrais, originando assim um aumento significativo de pedidos de pagamento, tendo em conta que em média os projetos em Co-promoção apresentam cerca de 3 promotores por projeto.

2. O **Apoio Fiscal** faz-se através do **SIFIDE**. O número de empresas que recorrem ao apoio fiscal à I&D empresarial tem vindo a crescer, denotando-se porém um ligeiro decréscimo nos exercícios fiscais de 2010 e 2011 devido à conjuntura que temos vindo a atravessar, tal como podemos verificar no mapa abaixo apresentado.

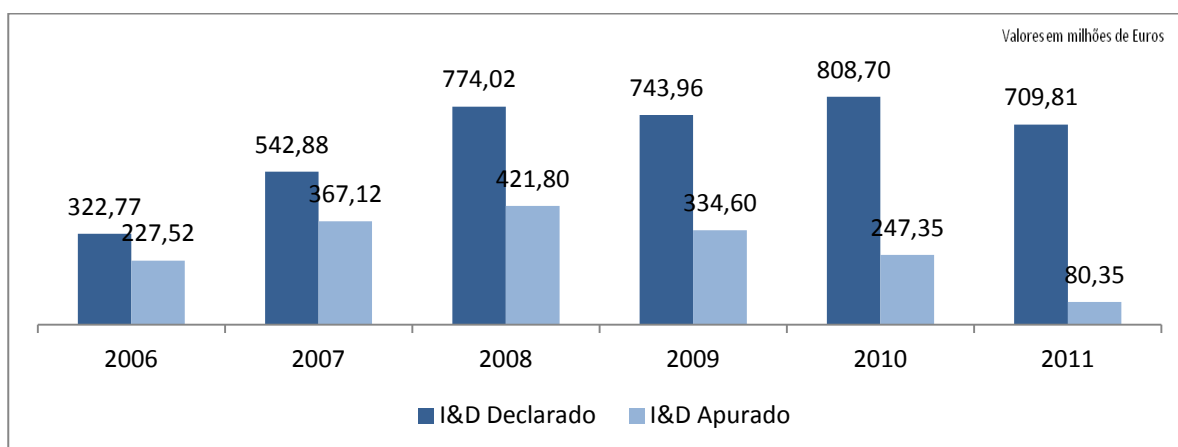


A Lei nº 64-B/2011 de 30 dezembro, manteve no essencial os apoios previstos anteriormente no SIFIDE. Salientamos no entanto o limite para a apresentação de candidaturas respeitantes a anos fiscais anteriores a 2011, que tiveram que ser submetidas até ao final do mês de julho de 2012. A partir desse período excecional deixaram de ser aceites candidaturas de anos fiscais anteriores. Assim, só de Janeiro a Julho de 2012 foram submetidas 1654 candidaturas dos exercícios fiscais de 2006 a 2011.

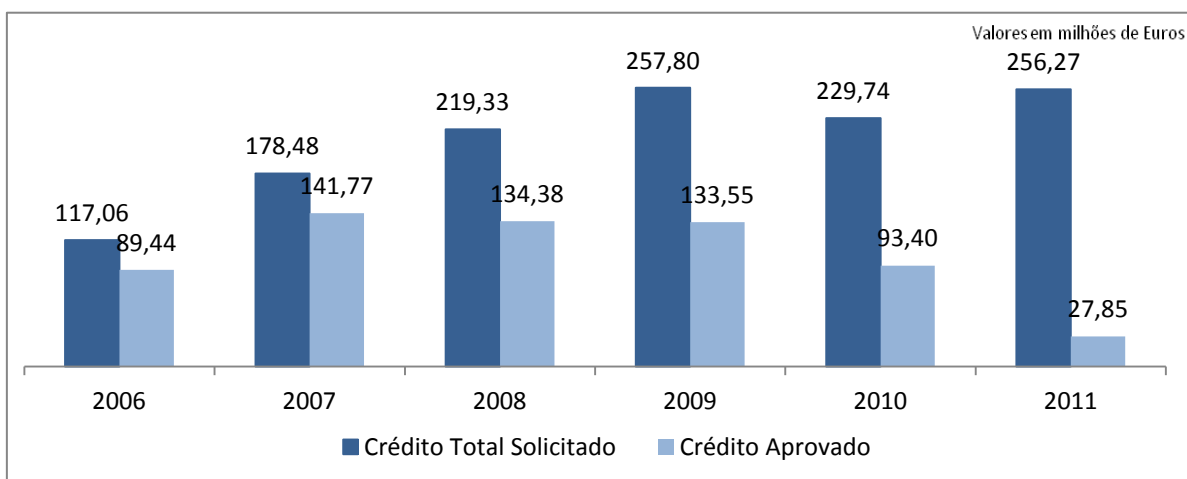
Os montantes de despesa em I&D declarados por exercício fiscal atingiram cerca de 709 milhões de euros para o de 2011. O crédito fiscal solicitado no mesmo exercício foi de 256 milhões de euros.

Em dezembro de 2012, estavam já certificados para os vários exercícios fiscais, cerca de 1.700 milhões de euros de despesa em I&D e aprovado um crédito fiscal de cerca de 620 milhões de euros, a ser utilizado pelas empresas com coleta suficiente nos 6 anos seguintes ao do exercício.

I&D Declarado e Aprovado



Crédito Solicitado e Aprovado



3. Apoio à Internacionalização da I&D Empresarial

A Adl tem procurado articular estreitamente a Inovação com a Internacionalização. Essa opção está implícita desde os critérios de avaliação dos projetos de I&D, até à participação empenhada em várias Redes de Cooperação Internacional. Porém, o contexto económico nacional, que reflete a situação económica internacional, tem tido um impacto negativo na atividade da Adl, como já tivemos oportunidade de referir, levando mesmo neste ano a uma diminuição acentuada na área dos projetos internacionais.

1. Iniciativa EUREKA e EUROSTARS

Em meados do ano foi elaborado um memorando entre a Adl e a FCT, onde foi acordado que estas atividades passariam a ser geridas pela FCT.

2. REDE IBEROEKA (Programa CYTED)

No quadro da cooperação científica e tecnológica com a Espanha e a América Latina, Portugal integra a Rede IBEROEKA, rede inserida no âmbito do Programa CYTED - Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (www.cytmed.org), criada em 1991 com o objetivo de **fomentar a cooperação tecnológica industrial** entre 19 países da América Latina, Portugal e Espanha.

2.1 Evolução das atividades de cooperação portuguesa no quadro do IBEROEKA

A atividade no âmbito IBEROEKA em 2012 continuou fragilizada em termos de novos projetos, com o nascimento concorrente do Programa Ibero-americano de Inovação, criado no quadro institucional das Cimeiras Ibero-Americanas.

A atividade no âmbito IBEROEKA é ainda afetada pela instabilidade orçamental que afetou o normal funcionamento do Programa CYTED. Por outro lado, mantiveram-se os problemas ao nível do funcionamento de dois dos maiores parceiros de Portugal no IBEROEKA: o Brasil, cujo organismo gestor foi substituído (a FINEP deu lugar ao CNPQ), e a Espanha, ao nível do CDTI que sofreu grandes reformas institucionais.

Ainda assim foram aprovados 2 projetos IBEROEKA (NEWFace e o Probio KFG) e elaborado um perfil de projeto.

Acrónimo	Título	Países consórcio	Líderes	Empresas Portuguesas	Certificação
IBK 11-707 PROBIO KFG	Desenvolvimento de uma mistura microbiana probiótica Adicionada de prebióticos Y fitogénicos como suplemento da ração para frangos	Portugal Argentina	Argentina	CircleRoad, Lda Faculdade de C&T da Saúde da universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (CBIOS)	Certificado
IBK 11-697 NEWFACE	Future Aircraft Configurations for Eco-efficiency	Portugal, Brasil	Portugal	Alma Design, SET S.A.; INEGI, EMBRAER Brasil, EMBRAER Portugal	Certificado
IBK12 – 711 Quito_Implants	Nova geração de implantes biodegradáveis para cirurgia ortopédica e traumatología fabricados a partir de quitosano estrutural de alta resistência mecânica	Espanha Portugal	Espanha	ALTAKITIN S.A. Inst. Superior Técnico (UTL)	Em preparação

Jornadas IBEROEKA e a Reunião de organismos Gestores de Projetos - 11 a 12 de Junho, Guatemala

Nestas reuniões ficou decidido, por falta de orçamento do Programa CYTED, a não realização do Fórum IBEROEKA deste ano. Foi, ainda, anunciada que esta seria a única reunião da Rede IBEROEKA de 2012.

2.2 Transição de competências IBEROEKA da Adl para a FCT

A atividade no âmbito desta Rede foi sendo descontinuada durante o segundo semestre em virtude da ordem de transição de competências da Adl enquanto Organismo Gestor de projetos IBEROEKA para a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

3. Projeto EULARINET: *Coordinating European-Latin America Research and Innovation Networks*

Com o orçamento de 91.641,00 €, a Adl participa no projeto EULARINET no âmbito de vários workpackages, com relevância para o **WP4: Incentivar a criação de Relações bi-regionais Ciência Indústria**, que trata de promover estratégias de cooperação entre ciência e indústria na América Latina.

Este é o projeto que corporiza a relação de cooperação institucional UE-AL, sendo este consórcio, o responsável pela definição de proposta de conteúdos que norteiam a cooperação política, institucional e técnica entre as duas Regiões do mundo, preparando as Cimeiras UE-AL.

A AdI é ainda Representante de Alto Nível do MCTES (atual MEC) para os temas de cooperação em inovação tecnológica UE-ALC (União europeia e América Latina e Caraíbas), apoiando a implementação das ações decorrentes da Iniciativa Conjunta de Ciência e Inovação EU-ALC, cujas atividades são desenvolvidas através de recursos do projeto EULARINET por intermédio das “SOM” (Senior Officials Meetings).

Durante o ano 2012 foram organizadas as seguintes atividades com participação da AdI:

- Reunião de Representantes de Alto Nível da União europeia (UE) e América Latina e Caraíbas (ALC) em ciência, tecnologia e inovação e Reunião anual Projeto EULARINET (Concepción, Chile, 20 a 21 de março).
- Participação e organização da Conferência EU-LAC *Bio-Refineries e Energy SOM Working Group* (4 a 6 de junho).

A AdI, em colaboração com o Ministério de CT&I da Argentina, finalizou a elaboração de um portfólio de projetos conjuntos UE-AL de cooperação ciência - empresa em CT&I.

A divulgação dos casos de sucesso do portfólio aconteceu no âmbito da **Conferência EU-LAC Bio - Refineries e Energy SOM Working Group (4 a 6 de Junho, Toulouse, França)**, evento organizado pela AdI em colaboração com o MINCYT (Argentina).

A AdI organizou uma delegação de empresas e instituições de I&D peritas em bioenergia tendo participado e apresentado os seus projetos e competências as seguintes entidades:

- Algafuel (Dr. Vitor Verdelho)
- Ambisys (Eng.ª Maria João Martins)
- LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia (Eng.º Luis Duarte, Projeto SIADEB)
- LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia (Eng.º Alberto Reis, Projeto Sociedade Ibero-Americana De Algologia Aplicada)
- Universidade do Porto - Laboratory of Separation and Reaction Engineering – LSRE (Prof. Alírio Rodrigues)

Da participação neste evento surgiu um convite por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina às empresas portuguesas Algafuel e Ambisys, de participação num evento de intermediação tecnológica na vertente da cooperação em bioenergias organizado pelos países membros do Mercosul.

O projeto EULARINET terminou em dezembro de 2012. Teve continuidade através de novo projeto de cooperação inter-regional UE-ALC - Projeto ALCUENET para o qual a AdI foi convidada e no âmbito do qual participaria como “*third partie*” da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Em virtude migração de atividades da área internacional para a FCT, a AdI não pôde integrar este projeto.

4. Programa Ibero-Americano de Inovação

O Programa encontra-se num processo de institucionalização, de criação de estatutos e regulamento próprios, tendo havido duas reuniões dos seus membros: uma em Junho de 2012, por vídeo-conferência, outra em Dezembro de 2012, presencial, onde foram lançadas várias iniciativas de cooperação com financiamento assegurado por parte de organismos de cooperação multilateral da América latina.

Portugal não participou nestas reuniões em virtude do momento de transição institucional da AdI e por falta de verba. Por outro lado, Portugal continua com a situação da sua participação institucional no Programa ibero-americano de Inovação pendente, não tendo ainda esclarecido o Comité Intergovernamental quanto à contribuição financeira ou em espécie que suportará a sua participação no Programa.

4. Outros Programas de Cooperação Internacional

Para além dos programas e iniciativas no âmbito internacional identificados no Ponto 3., existem outras redes e programas de cooperação internacional em que a AdI é parceira. É o caso da “*Enterprise Europe Network*”, e dos projetos “*ATLANT-KIS*”, “*FOOD SME-HOP*”, “*KTFORCE*” e o “*ECOPOL*”.

1. Rede de Cooperação Internacional EEN - “*Enterprise Europe Network*”

A *Enterprise Europe Network* é uma rede Europeia que disponibiliza serviços de apoio à inovação e internacionalização, proporcionando o acesso a novos mercados internacionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento empresarial e o aumento da competitividade no espaço europeu.

Criada pela Comissão Europeia (CE) no âmbito do Programa Quadro para a Competitividade e Inovação (CIP), a *Enterprise Europe Network* constitui a maior rede de informação lançada na Europa. Seguindo uma lógica de “serviço de balcão único”, especialmente orientado para as PME, é constituída por mais de 600 pontos de contacto em 54 países que, em ligação permanente, potencializa a eficácia da sua intervenção junto das PME.

Proporcionando um melhor acesso e proximidade para apoio às PME operacionalizando o conceito “*no wrong door*”, esta rede disponibiliza um conjunto diversificado de serviços, abrangendo várias áreas de intervenção.

Em Portugal, o consórcio é liderado pelo IAPMEI e integra como parceiros a AdI, o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a CCDR-Alg - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, o CEC – Conselho Empresarial do Centro/ Câmara de Comércio e Indústria do Centro, a AIMinho – Associação Industrial do Minho, a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara do Comércio e Indústria da Madeira e a CCIPD – Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

A AdI tem neste consórcio a responsabilidade de coordenar e dinamizar as atividades de carácter tecnológico e de ligação entre as PME e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

No período que decorreu de jan - 2012 a fev- 2013 a equipa da AdI desenvolveu as seguintes atividades:

Ações de informação e aconselhamento em inovação e transferência de tecnologia

- Coorganização sessões informativas, em parceria com o GPPQ e dedicadas a convocatórias

do 7º PQ nos temas KBBE, NMP, Energia, Transportes, Investigação em Benefício das PME, Parcerias Público -Privadas Carros Verdes, Fábricas do Futuro e Edifícios Energeticamente Eficientes.

- Participação no júri do Prémio Nacional das Indústrias Criativas promovido pela UNICER e pela Fundação de Serralves par o fomento do empreendedorismo.
- Dinamização do *website* BTEC www.bolsatecnologia.pt que mantém online uma base de dados de Oferta e Procura de Tecnologias nacionais e internacionais com mais de 6000 perfis continuamente atualizados.
- Publicação de um novo folheto da “*Enterprise Europe Network*” em Portugal com testemunhos de empresários que têm beneficiado dos serviços EEN.
- Colaboração na dinamização do Portal www.enterpriseeuropenetwork.pt e da página EEN na rede social *Facebook* <http://www.facebook.com/pages/Enterprise-Europe-Network-em-Portugal>, a qual apresenta cerca de 7500 seguidores.
- Realização de uma Ação de Formação Descentralizada, sobre o tema “*Communication and Branding*” dirigida aos membros da Rede EEN que se realizou em Lisboa em 14 de junho e que contou com 28 participantes provenientes de 13 países.

Resultados

Total de participantes nos eventos nacionais: 216

Total de destinatários alvo das ações de divulgação, *newsletters* e *mailings* > 35.000

Serviços de *brokerage*

Reuniões de aconselhamento e apresentação de serviços a novos clientes: 37

Co- organização de 10 eventos de *brokerage* e uma missão empresarial:

FITUR (SP) jan-2012;

III Business Meetings on Environment and Energy BE (SP) fev-2012;

Mobile World Congress (SP) fev-2012;

CEBIT Future Match (DE) mar-2012;

Matchmaking Event – ECOBUILD 2012 (UK) mar-2012;

AGROFOODiTECH (PT) mar-2012;

GENERA 2012 (SP) mai-2012;

Mission of Dutch Fashion Designers to Portugal (PT) mai-2012;

DANUB IT 2012 Conference & Matchmaking (RS) mai-2012;

CINCOS'12 - Brokerage Event on Sustainable Construction (PT) set-2012;

Idealist F2F brokerage event at the ICT Proposers Day (PL) set-2012.

- Na sequência da Missão empresarial organizada em parceria com a *Dutch Fashion Foundation* e o *Agentschap NL* acompanhamos posteriormente a visita de duas *designers* de moda que visitaram empresas têxteis portuguesas em setembro e dezembro para estabelecimento de novas parcerias.
- Participação no Catálogo Europeu de Perfis de Colaboração compilado pela *Enterprise Europe Network* para o 7º PQ, nas áreas de alimentação, agricultura e pescas, biotecnologia e ambiente com a publicação de 142 perfis portugueses, entre um total de 469 perfis europeus.
- Durante 2012 foram divulgados a nível internacional na bolsa de tecnologia da *Enterprise Europe Network* 99 perfis tecnológicos portugueses, provenientes de empresas e centros de investigação portugueses, os quais foram acompanhados diretamente pela equipa da AdI.

Resultados

Total de participantes em eventos de cooperação internacional: 106

Total de reuniões b2b nos *brokerages* e missões: 465

Total de perfis tecnológicos promovidos em eventos de *brokerage*: 169

Total de manifestações de interesse recebidas pelos perfis portugueses: 210

Total de manifestações de interesse enviados por empresas portuguesas: 130

Nº de acordos de transferência de tecnologia: 3

Nº de acordos comerciais: 5

Nº de parcerias para projetos europeus de I&D: 2

O papel da equipa da Adl neste consórcio foi de extrema relevância, pois é o único membro do consórcio português a dar assistência em questões tecnológicas, sendo de referir também que dos 39 acordos/parcerias internacionais realizados com intervenção do consórcio português no biénio 2011-2012, 24 (62%) foram promovidos pela Adl.

Em **2013** será submetida nova candidatura para o **biénio 2013-2014** que deverá ser aprovada com um orçamento global de 3.052.568,00€, financiados a 60% pela Comissão Europeia, totalizando o orçamento da Adl 623.976,00€, com um co-financiamento europeu de 374.386,00€.

2. Cooperação Inter-regional - Políticas de Inovação Projeto “ATLANT-KIS”

A Adl integrou o projeto Europeu “**ATLANT-KIS**” com a finalidade de conhecer e promover o desenvolvimento de Serviços de Conhecimento Intensivo para as PME no espaço Atlântico. O projeto foi liderado pela região de Navarra, Espanha e para além da região Norte, participaram ainda regiões de: França (Bretanha), Irlanda (*Southern and Eastern; Border, Midland and West*), Espanha (Galiza), e Reino Unido (*Devon and Cornwall*), tendo decorrido entre Junho de 2010 e Maio de 2012.

Este projeto foi financiado pela União Europeia através do Programa Trans-regional do Espaço Atlântico.

O Projeto ATLANT-KIS pretende influenciar favoravelmente as condições de desenvolvimento das organizações do setor público e privado que operam na Área do Espaço Atlântico, com portfólio de SCI. O projeto propõe o desenvolvimento de instrumentos para o fomento dos SCI, a criação de

plataformas que facilitem as ligações entre a oferta e a procura deste tipo de serviços ao nível regional e transnacional promovendo a interação e o estabelecimento de redes europeias.

Como objetivo de longo prazo, o projeto pretende contribuir para o desenvolvimento de um ambiente favorável à criação de *Cluster* de SCI, que favoreça o reconhecimento do Espaço Atlântico como uma área de serviços de excelência.

Consideram-se no âmbito deste projeto Serviços de Conhecimento Intensivo (SCI) os relacionados com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Consultoria em Gestão Estratégica, *Business Intelligence* e Análise de Mercados, entre outros.

Em 2010, foi feita a identificação, das necessidades latentes e dos serviços disponíveis e de boas práticas nas regiões envolvidas através da auscultação às empresas e organizações com atividade neste setor e da organização de uma sessão de brainstorming em Outubro no Porto.

Em 2011, seguiu-se a fase de identificação e levantamento de 59 boas práticas, nas diferentes regiões envolvidas. Em Portugal foram selecionadas as seguintes 8 boas práticas (NEOTEC, BTEC - Bolsa de Oferta e Procura de Tecnologia, COHITEC, Lanches à Sexta, *Innovation Scoring* (COTEC), FINICIA - Eixo I – para projetos com elevado potencial de crescimento e uma forte componente inovadora, Programa IDEIA, Metodologia IDEA PUZZLE).

Foram ainda escolhidas três boas práticas de outras regiões (IDEAGEN e *Owner Manager Networks* da SERA Irlanda e NAVACTIVA *Platform* de Navarra). Estas boas práticas foram adaptadas à realidade portuguesa e com base nessa adaptação foram preparadas 3 ações piloto para apresentação das mesmas à comunidade de KIS e PME's. Realizou-se em 3 de Novembro de 2011, no Porto o 1º Seminário do Clube da Inovação ATLANT-KIS com apresentando as Boas Práticas *Owner Manager Networks* e a metodologia IDEA PUZZLE.

Em Maio 2011, foi realizado um evento de networking em *Cork* na Irlanda, onde participaram várias entidades portuguesas (empresas, centros tecnológicos e agentes de inovação).

Foi desenvolvida e implementada a adaptação do *website* “Mercado da Inovação” que inclui um conjunto de funcionalidades da plataforma NAVACTIVA e que pretende dar visibilidade às entidades e empresas KIS portuguesas numa plataforma que permite apresentar serviços de conhecimento intensivo em paralelo com a Bolsa de Tecnologias BTEC e que ficou disponível em 2012 às entidades que desejem promover as suas competências através do *website* www.bolsatecnologia.pt

Para a apresentação e teste da metodologia IDEAGEN foi realizado um *workshop* em colaboração com o departamento de empreendedorismo da TecMinho que teve lugar em fevereiro de 2012, no qual participaram 5 equipas de promotores de projetos de empreendedorismo de base tecnológica.

O evento final do projeto decorreu em Março de 2012 no Porto, tendo sido apresentados os resultados do projeto e foram organizadas mesas redondas com KIS, PME e agentes da política regional de inovação das regiões envolvidas, para debater o conhecimento gerado pelo projeto e as boas práticas propostas.

3.Cooperação Inter-Regional SUDOE IV B - Projeto “FOOD SME-Hop”

O projeto **Food SME-HOP** é um projeto de cooperação inter-regional, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do programa Interreg IV B SUDOE.

O consórcio é constituído por 7 instituições de Espanha, França e Portugal. É liderado pelo AINIA Centro Tecnológico (Espanha) e integra como parceiros a Agência de Inovação e o IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Portugal, o Institut dês Corps Gras ITERg em França, o Institut de Recerca i Tecnologies Agroalimentáries IRTA, Fundación para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología em Extremadura FUNDECYT e a Agencia Andaluza del Conocimiento em Espanha.

O objetivo final do projeto *Food SME-HOP* é melhorar a competitividade e a capacidade de inovação do tecido empresarial agro -alimentar do espaço SUDOE, aumentando o número de PME com atividade de I&D no setor e favorecendo a transferência de tecnologia dos centros de investigação para as empresas. Para isso, foram identificadas 130 PME das 6 regiões abrangidas pelo projeto (Andaluzia, Catalunha, Valência, Extremadura em Espanha, Aquitânia em França e Norte e Centro de Portugal), que beneficiarão de apoio personalizado e atividades de formação concebidas à medida das suas necessidades.

Em termos de gestão da inovação, as PME beneficiárias receberão apoio personalizado em sistemas de gestão da inovação, investigação e desenvolvimento e transferência de tecnologia. Terão também acesso a um sistema de Vigilância Tecnológica que inclui a informação mais recente relacionada com alimentos saudáveis com o objetivo de melhorar a sua competitividade. Em termos de apoio tecnológico, as PME receberão informação técnica atualizada sobre redução/substituição de sal, açúcar, gorduras e/ou aditivos e formação específica nestes mesmos temas. Serão ainda levados a cabo 4 projetos de demonstração com PME inscritas no projeto.

O projeto teve início em 1 de Janeiro de 2011 e, terminará em 31 de Março de 2013, tendo a equipa da AdI desenvolvido em 2012 as seguintes atividades:

Reuniões de Consórcio

- Porto (Adl), 18 e 19 de outubro de 2012
- Reunião virtual, 26 de novembro de 2012
- (previsto para 2013) *Monnels* (IRTA), 21 de fevereiro

Atividades do Projeto

- Atualização da documentação disponibilizada no *website* do projeto
- Acompanhamento e assistência especializada a cada uma das empresas beneficiárias do projeto.
- Elaboração de Mapa de Agentes de Inovação
- Elaboração de Catálogo de Linhas de I&D
- Elaboração de Guia de Apoios Financeiros
- Elaboração de *templates* para visitas às empresas: relatórios de visita, relatórios de continuidade
- Realização dos seminários de formação em Inovação e desenvolvimento de novos produtos
- Continuação do desenvolvimento da Plataforma de Vigilância Tecnológica

Resultados do Food SME-Hop

- Foram selecionadas e foi oferecida assistência personalizada às 20 PME beneficiárias do projeto.
- A Adl participou com a comunicação «*Outils et perspectives d'innovation - ouverture à l'international*» no Seminário organizado pelo ITERG, em Pessac, no dia 09 de maio de 2012. Durante o evento foram também apresentadas oportunidades de colaboração com algumas das empresas portuguesas beneficiárias do projeto interessadas em parcerias e no mercado francês.
- A Adl organizou um Workshop de Inovação no Porto, em 25/09/2012 intitulado “Apoio à Inovação no Setor Agroalimentar”. Na sessão da manhã foram abordados os temas da internacionalização, tendências e mercados, inovação, colaboração entre centros de I&D e empresas do setor agroalimentar, desenvolvimento de novos produtos e plataformas de apoio à inovação.

A sessão da tarde foi especialmente dedicada às empresas beneficiárias do *Food SME-HOP*

que participaram numa mesa redonda onde apresentaram as suas dúvidas e questões às organizações dinamizadoras convidadas. O evento contou com 53 participantes.

- A AdI participou também no seminário técnico “Alimentos Inovadores e Mais Saudáveis – Melhores Práticas Europeias” em 17 de outubro de 2012, realizado em Viana do Castelo pelo IPVC, fazendo uma apresentação sobre o tema «Inovação e PME: Interceções Possíveis».
- Foi publicado o Guia de I&D em português.
- Foram divulgados os vídeos com os projetos-piloto desenvolvidos no âmbito do projeto.
- Em 2013 será disponibilizado o HOP TECH BOOK com a compilação da informação técnica dos projetos-piloto.

4. KTFforce – Knowledge Transfer joint forces for efficient innovation policies

O **KTFforce** é um projeto de cooperação inter-regional, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do programa Interreg IV C, que tem a duração de 30 meses, de 1 de Janeiro de 2012 a 30 de Junho de 2014. O projeto KTFORCE visa o *benchmark* de políticas de inovação e de práticas de transferência de conhecimento entre as regiões dos parceiros do projeto, de modo a que uma série de recomendações estratégicas possam ser aplicadas no desenho de futuras políticas de inovação e na implementação de práticas de transferência de conhecimento, como contributo para regiões europeias mais dinâmicas e mais competitivas.

O projeto foca-se em 3 áreas principais: Licenciamento de tecnologia; Criação de *Spin-off's* e Empreendedorismo e Relações Universidade – Indústria.

O projeto engloba a participação de 11 parceiros de 6 países: Portugal, França, Irlanda, Lituânia, Alemanha e Roménia que reunirão regularmente para discutir e trocar experiências, através de visitas de estudo, *workshops* e seminários temáticos.

Inicialmente será realizado um levantamento de políticas e práticas de transferência de conhecimento, serão definidas as necessidades atuais das regiões e serão criados cenários futuros. Será medido o impacto de políticas de inovação nas práticas de transferência de conhecimento e identificado o tipo de políticas que deverão ser desenvolvidas tendo em conta as necessidades das diferentes regiões. No final, será definido um plano de implementação para o desenho de políticas e desenvolvimento de práticas, futuras.

Papel da AdI no projeto

Portugal é o líder do projeto através da UPIN – Universidade do Porto Inovação e conta ainda com a parceria da AdI, responsável pela identificação de políticas de inovação – cenário “presente” - que serão partilhadas com os parceiros e pela criação de cenários futuros, trabalho que será realizado em estreita colaboração com a UPIN.

Atividades em 2012

Em março, no Porto, realizou-se o primeiro encontro entre os parceiros, tendo sido discutida a implementação operacional do projeto. Simultaneamente, foi realizada a primeira visita de estudo, incluindo uma visita à CCDR-N e a várias infraestruturas tecnológicas e outras ligadas à inovação, na região. Foi também realizado o primeiro levantamento de práticas de transferência de tecnologia e de políticas de inovação que são a base da transferência de conhecimento nas regiões parceiras, através de um questionário disponibilizado *online*. Numa primeira aproximação, a AdI identificou as seguintes medidas:

- NITEC – Núcleo de I&DT nas empresas
- Projetos de I&D em Co-promoção
- Iniciativa NEOTEC – Novas empresas de base tecnológica
- Iniciativa OTIC – Oficinas de Transferência de Tecnologia

Durante o ano foram realizadas 8 reuniões via *Skype*, o contrato de consórcio foi validado e assinado por todos os parceiros e foi estabelecido o primeiro rascunho do protocolo de comunicação do projeto.

- Foram estabelecidos os procedimentos nacionais para o controlo de 1º nível de despesas do projeto e apresentado o primeiro relatório de progresso técnico e financeiro.
- Todos os parceiros participaram na criação da imagem corporativa do projeto, nomeadamente a escolha do logo e a validação do manual de identidade gráfica do logo, assim como parte dos materiais de comunicação (poster, *rollups*, e bandeira).
- Foi lançada a primeira *newsletter* do projeto, foi criado o website (www.ktforce.eu), a conta no *Facebook* e no *Twitter*.
- Em maio, a AdI participou no evento BETTER PRACTICE IS NOT ENOUGH – *New innovation challenges require new approaches*, organizado pelo PRO INNO EUROPE no Palácio da Bolsa – Porto.

- Em julho foi realizada a Conferência de lançamento do projeto em Bucareste e a segunda reunião de trabalho dos parceiros. Apesar de ter estado envolvida na organização da conferência, a Adl não esteve presente.
- Foi criado um *link* do projeto no site da Adl: <http://www.Adl.pt/3630.htm>; <http://www.Adl.pt/3600.htm>
- Em dezembro a Adl participou na 3ª reunião de trabalho, visita de estudo e Seminário Temático sob o tema “*Optimizing IPR Management / IPR Negotiation*”, em Grenoble (França).

5. ECOPOL- “Public innovation partnership for better policies and instruments in support of eco-innovation”

O ano de 2012, foi o segundo ano do projeto **ECOPOL** e revelou-se como esperado, um período muito intenso de atividade, pois um conjunto importante de “deliverables” e marcos foram alcançados em todos os “workpackages”(WP’s) em que a Adl participa. Contudo no WP6 “*Exploring and analysing the potential of international cooperation in diffusing environmental technologies*”, do qual a Adl é líder, foi tido um particular empenhamento.

A participação singular Portuguesa, é feita em estreita articulação entre a Adl e a APA (Associação Portuguesa do Ambiente), de modo a garantir a melhor concertação da posição nacional no consórcio. Este ano foram realizadas um conjunto muito significativo de reuniões temáticas de trabalho entre os técnicos da Adl e APA. Em cada WP a participação da Adl na articulação nacional com a APA e entidades externas, foi realizada através do envolvimento dos seus técnicos tal como indicado:

WP1/WP2: Luis Ferreira (Adl), Clara Lopes (APA), António Oliveira (DGAE);

WP3/WP4: Isabel Moura (APA), Paula Trindade (LNEG - July 2012), João Barroso (eSPap - former ANCP);

WP5: Luís Ferreira (Adl), Carlos Lajas (Adl), Ana Cristina Carrola/Ana Sofia Vaz (APA), Célia Silva (DGAE);

WP6: Rita Silva (Adl); Luís Florindo (AICEP);

WP7: Sofia Bravo (Adl), Francisco Moura (Adl), Cristina Garção (APA);

WP8: Luís Ferreira/ Vânia Alves (Adl),

A Adl participou em várias reuniões de projeto, 15-16 de Fevereiro em Graz no âmbito dos WP1, WP2 e WP8, 17 de Abril em Lisboa no âmbito do WP6, 17-21 de Setembro, em Malmo, no âmbito dos WP1, WP2, WP5, WP6, WP8 e 27-28 de Novembro em Lisboa, no âmbito dos WP1 e WP8. Além destas, participou ainda em várias “reuniões web” complementares.

Relativamente às atividades e aos contributos produzidos pela AdI, destacam-se:

- Conclusão em setembro da estratégia de comunicação PT. Foi desenvolvido uma base de dados da comunidade de Eco -Inovação PT e um sistema de informação e relacionamento entre as áreas de operação da AdI e o ECOPOL (SI-ECOPOL);
- Nos domínios da “Gestão de Resíduos e Reciclagem - WP5” e “Internacionalização-WP6”, a seleção, avaliação e atualização de boas práticas de política e instrumentos, com a colaboração de especialistas externos. No caso do WP6 contou-se com uma colaboração muito estreita com a AICEP;
- A organização e condução de um *workshop* contributivo “*European Best practices and policy tools supporting the Internationalisation of Eco-innovative SMEs*”, 16 de abril em Lisboa. O objetivo foi promover a discussão sobre as boas práticas de suporte à internacionalização, barreiras nos mercados e respetivos fatores críticos de sucesso;

Deste *workshop* resultou um relatório que constitui um dos “*deliverables*” previstos;

- Preparação de um conjunto de “*Policy Briefs*” sobre boas práticas de política e instrumentos que promovem Eco -inovação, para comunicar com entidades competentes e tutelas respetivas. Este trabalho foi particularmente importante na preparação e seleção das ações piloto previstas lançar em 2013;
- Até setembro foram preparados, discutidos e deu-se início à elaboração dos documentos de recomendações, WP5 e WP6;
- Lançamento com a colaboração da APA, AICEP e DGAE, de inquérito a empresas sobre a atividade de Eco -Inovação, com o objetivo de identificar um universo de “Eco –inovadores - PT”. Na sequência deste trabalho, em Novembro foi desenvolvido e produzido um catálogo de “Competências Portuguesas em Eco -Inovação”;
- Participação na *task -force* PT que deu suporte à organização do 13th EcoAp Forum, em Lisboa, Novembro 2012.

Para o ano 2013, perspectiva-se um empenhamento da AdI sobretudo na implementação da Ação Piloto PT (da sua responsabilidade), condução dos trabalhos de implementação prática do WP6 e nos contributos necessários ainda empreender, para a conclusão dos documentos de recomendação previstos para os três domínios de atuação do ECOPOL.

5. Políticas de Empreendedorismo

Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E+I)

O empreendedorismo e a inovação são objetivos prioritários para o desenvolvimento e para o aumento da competitividade da economia nacional. Portugal deverá construir uma nova realidade económica, competitiva e aberta ao mundo, alicerçada em conhecimento e inovação, capital humano altamente qualificado e forte espírito empreendedor.

Apesar dos progressos que estas matérias têm vindo a conhecer nas últimas décadas, verifica-se que existem dificuldades estruturais, que acarretam impactos negativos na capacidade de recuperação económica. Destaca-se, por exemplo, a insuficiente capacidade de rentabilização económica da Investigação e Desenvolvimento (I&D), ou o reduzido impacto do capital de risco, circunstância que limita as soluções de financiamento de novos projetos e conduz a um peso pouco significativo da ciência e da tecnologia na globalidade da economia.

Neste contexto, o empreendedorismo e a inovação carecem de uma intervenção prioritária e especialmente direcionada para as atividades de índole empresarial, indo além dos campos da investigação e da ciência. As prioridades da estratégia Europa 2020 e da sua iniciativa *Innovation Union* são referenciais para o desenvolvimento da política de inovação em Portugal para os próximos anos. É essencial que os sucessos passem a ser avaliados por métricas concretas a curto, médio e longo prazo, e não apenas pelo investimento efetuado.

É neste quadro que ganhou relevância acrescida e se tornou premente a adoção de uma visão integrada e transversal a todas as áreas de atuação do Governo de Portugal e da sociedade civil, com vista ao desenvolvimento das referidas políticas.

O Programa +E+I, criado por resolução de Conselho de Ministros, é um programa governamental, com forte envolvimento da sociedade civil, que visa estimular o empreendedorismo e a inovação em Portugal. Assente na visão de que Portugal deve construir uma nova realidade económica, competitiva e aberta ao mundo, alicerçada em conhecimento e inovação, capital humano altamente qualificado e forte espírito empreendedor.

O Programa +E+I ambiciona concretizar quatro objetivos principais:

- Uma sociedade mais empreendedora — o fomento da mudança cultural, intergeracional, a favor do espírito de iniciativa e do empreendedorismo deverá ser promovida e cultivada desde cedo, e ser um dos motores de inovação. Esta cultura empreendedora, criativa e inovadora deve

estar enraizada no sistema de ensino e ser promovida ao longo da vida das pessoas, incentivando a autorrealização e o desenvolvimento de competências;

- Alargar a base de empresas inovadoras e com uma forte componente exportadora — a sustentabilidade da economia portuguesa deverá passar por um forte relacionamento entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, voltado para a produção de bens e serviços com uma forte componente exportadora. Será fundamental promover a difusão da inovação nas empresas e criar as condições para que mais empresas sejam capazes de inovar;
- Um país em rede e inserido nas redes internacionais de empreendedorismo, conhecimento e inovação — o empreendedorismo é fundamental para o reforço do tecido económico empresarial nacional e para o fomento da inovação com forte valor económico, devendo ser criadas as condições para a sua promoção, quer ao nível de um ambiente favorável quer ao nível de soluções de financiamento adequadas. É essencial aumentar a exposição das comunidades de empreendedorismo e inovação a nível global e encorajar a partilha de experiências e competências;
- Melhor investimento, melhores resultados — para que Portugal se afirme a nível internacional de forma competitiva é necessário que se concentrem esforços nas empresas com maior potencial inovador, para que possam ser desenvolvidas capacidades e competências competitivas e diferenciadoras e, conseqüentemente, para que sejam criadas vantagens competitivas ao nível das ofertas de mercado. Melhor investimento é também necessário em áreas adjacentes à inovação e que são fundamentais para que os produtos e serviços tenham sucesso nos mercados (marketing, qualidade, gestão, internacionalização, etc.).

Por solicitação do Secretário de Estado do Empreendedorismo Competitividade e Inovação a AdI colaborou ativamente, na implementação do Programa +E+I, por via de uma efetiva intervenção nas suas grandes áreas:

Alargamento das competências da população, incluindo a população jovem e a socialmente desprotegida, das empresas e da Administração Pública

Presentemente há vários entraves culturais ao empreendedorismo em Portugal. Sendo que as atitudes e as referências culturais se começam a construir desde cedo, a escola e a educação têm um papel essencial na criação de mentalidades empreendedoras. Apesar de nos últimos anos terem surgido várias iniciativas nas escolas de estímulo ao empreendedorismo, falta uma articulação mais eficaz e uma visão global às iniciativas em curso, bem como uma maior ligação às empresas e meio envolvente. Tendo em conta alguns dos pontos-chave do programa do Governo no que respeita à Educação, nomeadamente quanto à relação entre as escolas (nas vertentes do ensino regular e do

ensino profissional) e as empresas, a educação para o empreendedorismo deverá ter um papel relevante nos programas do ensino Básico e Secundário. Esta componente da educação deverá ser transversal aos vários anos de escolaridade e ser iniciada desde cedo, como conhecimento e literacia que abarque todas as áreas de formação.

Com a participação da AdI, pretendeu-se desenvolver uma estratégia integrada de apoio ao empreendedorismo, envolvendo entidades públicas e privadas (incluindo empresas), tirando partido dos resultados e das experiências realizadas entre as escolas e a sociedade civil nos últimos anos. Concretizou-se o desenvolvimento de iniciativas que procuram a resolução de problemas das comunidades em que se inserem, contemplando concursos – regionais/nacionais - envolvendo categorias como, por exemplo: “Inova a Tua Rua”, “Inova o Teu Bairro”, “Inova a tua Cidade/Região” e “Inova o teu País”.

Com estas iniciativas procura-se, também, estudar e dar a conhecer programas de incentivo e educação para o empreendedorismo em Portugal e fora do país, nomeadamente na União Europeia, mas também tendo em vista, por exemplo, a ligação empresarial com PALOP, com outros países da CPLP ou da OEI, ou ainda com a UNESCO e a ADEA.

Estímulo ao empreendedorismo, promovendo um contexto favorável ao surgimento de projetos empreendedores e ao seu sucesso

O Passaporte para o Empreendedorismo (www.ei.gov.pt/passaporte/), é uma iniciativa alinhada com o ‘Impulso Jovem’, que pretende promover o desenvolvimento, por parte de jovens qualificados, de projetos de empreendedorismo inovadores e com potencial de elevado crescimento, respondendo a uma necessidade de reforço de política pública no âmbito do suporte ao Empreendedorismo e Empregabilidade nos jovens.

A AdI foi em 2012 fundamental para que pudessem alcançar os objetivos estratégicos do projeto, bem como para:

- (i) Criar “*awareness*” para a opção da criação da empresa como forma de entrada na vida ativa, através do lançamento de bolsas para realização de projeto empresarial, numa altura em que grande número de jovens no ensino superior considera vir a emigrar;
- (ii) Criar uma rede de mentores para orientação e acompanhamento individualizado dos empreendedores;

(iii) Criar módulos específicos de assistência técnica para projetos de empreendedorismo qualificado, que apresentam custos associados que lhes são próprios, bem como um tempo mais alargado de desenvolvimento de produto até à chegada ao mercado.

Promoção de adequados instrumentos de financiamento, com uma repartição justa dos fundos disponíveis pelas iniciativas de excelência

Tradicionalmente existe uma lacuna ao nível da promoção agregada dos instrumentos de financiamento existentes para projetos empresariais e *startups*. Importa que essa promoção se faça adequando os instrumentos às diferentes fases do ciclo de vida de uma *startup*, desde a fase de geração da ideia de projeto, passando pela fase de arranque da empresa e o seu desenvolvimento, para que se obtenham maiores níveis de empreendedorismo em Portugal.

É pois necessária a promoção e agregação dos instrumentos de financiamento disponíveis para os empreendedores de que são exemplo: Microcrédito; Fundos Municipais; *Business Angels*; *Crowdfunding*.

A promoção concretizada, com o apoio da AdI, consistiu na realização de eventos de divulgação, sessões de apresentação junto dos diversos públicos-alvo, bem como a criação de uma página eletrónica de divulgação da iniciativa, +Empresas.

O **+Empresas** (www.ei.gov.pt/+empresas) inclui um conjunto de medidas de financiamento adequadas às diferentes fases do ciclo de vida de uma *startup*, desde a fase de geração da ideia de projeto, passando pela fase de arranque da empresa e o seu desenvolvimento.

Importa ainda referir que o Programa +E+I é um programa aberto que trabalha em contínuo em novas iniciativas que cumpram os seus objetivos e conta para isso também com o dinamismo da sociedade civil através das entidades que desenvolvem iniciativas tanto locais como nacionais contribuindo para o estímulo do ecossistema de empreendedorismo em Portugal. Nesse sentido a AdI colaborou, no:

Reconhecimento público de iniciativas dinamizadas pela sociedade civil

A sociedade civil é fundamental para concretizar os objetivos do programa. Esta iniciativa visou e visa conceder o apoio institucional às iniciativas desenvolvidas por empresas, entidades de I&D, Universidades, entidades públicas e privadas, que se insiram no espírito de um Portugal mais empreendedor e mais inovador e que contribuam para estimular a cultura e as práticas de empreendedorismo e inovação.

Desenvolvimento do portal +E+I

Gestão do portal do Projeto, na criação de conteúdos específicos e na assistência técnica e desenvolvimento de novas funcionalidades.

Roadshow de empreendedorismo e inovação

Para assegurar uma maior difusão da inovação e do empreendedorismo na sociedade civil, para a dinamização de redes de conhecimento e para a valorização e reconhecimento das atividades ligadas ao empreendedorismo e inovação dinamizadas pela sociedade civil. A atividade desenvolvida consistiu na realização em finais de 2012 e início de 2013 na concretização de sessões temáticas sobre empreendedorismo e inovação,

Pretende-se, continuar a assegurar em termos de empreendedorismo e inovação a divulgação de perspectivas comunitárias e internacionais em matéria de política pública, bem como os respetivos programas de apoio para o período 2014-2020.

6. Inovação com apoio AdI

A postura ativa da AdI nas políticas de inovação, respondendo a pedidos de pareceres e tomando a iniciativa de fazer propostas de medidas para melhorar as políticas de inovação já implementadas, tem estimulado o crescimento da I&D nacional.

São vários os projetos apoiados pela AdI que de alguma forma foram notícia no decorrer do ano, destacando-se os seguintes:

ISA distinguida pela Gartner como "Cool Vendor for Smart City Applications"

A empresa portuguesa ISA - Intelligent Sensing Anywhere foi distinguida pela Gartner, na categoria de aplicações para cidades inteligentes, no seu relatório anual "Cool Vendors" que lista as melhores empresas em tecnologias da informação a nível mundial. A ISA desenvolve soluções inovadoras dedicadas ao conceito Smart City que otimizam e tornam mais eficiente a utilização e gestão de recursos energéticos. As soluções desenvolvidas incluem, por exemplo, monitorização e gestão inteligente de consumos energéticos para edifícios, para residências, para redes de distribuição e tratamento de águas. Algumas das soluções que a ISA comercializa são resultado de projetos de investigação e desenvolvimento apoiados pela AdI.

<http://www.isasensing.com/index.php?section=preleases&action=details&id=59>

<http://www.greensavers.pt/2012/04/27/portuguesa-isa-tem-aplicacao-para-cidades-inteligentes-mais-cool-do-mundo/>

<http://www.gartner.com/>

Projeto português LIFE ganha 'Óscar' de interiores aeronáuticos - Crystal Cabin Award

O projeto LIFE, que integra empresas portuguesas como a Amorim Cork Composites e Couro Azul, venceu o principal prémio internacional Crystal Cabin Award, disse hoje à Lusa o presidente da Almadesign, uma das entidades que integra o consórcio. O LIFE (Lighter, Integrated, Friendly and Eco-Efficient aircraft cabin), de acordo com Rui Marcelino, foi desenvolvido pelas empresas portuguesas Almadesign, Amorim Cork Composites, Couro Azul, INEGI, SETSA e contou com a participação da empresa brasileira de aeronáutica Embraer. O projeto LIFE é uma visão para a aviação executiva do futuro", disse Rui Marcelino, explicando que este resulta na conceção daquilo que será o interior de um jato privado dentro de alguns anos, combinando soluções e tecnologia de ponta com materiais naturais e sustentáveis como o couro e a cortiça.

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=540629&tm=6&layout=121&visual=49>

Fungicida inovador abre a porta do mercado dos EUA e Canadá

A FMC Agricultural Products - uma prestigiada empresa química norte americana - assinou recentemente um contrato exclusivo com a empresa portuguesa Consumo Verde (CEV), Biotecnologia das Plantas, S.A., para distribuição do único fungicida patenteado à base do ingrediente ativo "Blad". Este produto deverá ser comercializado nos EUA e no Canadá sob a designação de Problad Plus™. A criação deste fungicida deve-se ao trabalho de investigação desenvolvido pelo Instituto Superior de Agronomia ao longo dos 10 últimos anos, envolvendo 3 investigadores e docentes do ISA. Posteriormente, e para o desenvolvimento do produto, foi criada uma empresa, a CEV, com vista à produção e comercialização do produto à escala industrial. O contrato agora assinado vem comprovar o interesse estratégico deste fungicida a nível mundial, sendo decerto um passo importante para o sucesso do novo produto. A Agência de Inovação apoiou o projeto de investigação (RESÓDIO) que culminou o desenvolvimento deste novo produto e posteriormente apoiou, através do NEOTEC, a constituição da empresa criada para valorizar os resultados, a "Consumo em Verde".

<http://www.isa.utl.pt/home/node/4796>

<http://www.isa.utl.pt/home/node/2286>

<http://www.fmc.com/aboutfmc/tabid/701/ctl/detail/mid/10700/itemid/52/fmc-signs-exclusive-agreement-for-access-to-new-patented-fungicide.aspx>

Primeiro desportivo elétrico fabricado em Portugal

O protótipo do primeiro desportivo elétrico fabricado em Portugal, o VEECO, foi apresentado no dia 3 de Fevereiro de 2012 no Casino de Lisboa. O Veeco, um veículo em forma de gota para atingir a eficiência aerodinâmica máxima, é um reverse trike (duas rodas à frente, uma atrás) totalmente elétrico, com autonomia até 400 quilómetros. O veículo tem o selo EUREKA e resulta de um projeto de investigação e desenvolvimento da fábrica portuguesa de veículos elétricos VE em parceria com o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) apoiado pela AdI através da medida de apoio à I&D em Co-promoção do QREN.

<http://www.veeco.pt/>

<http://www.facebook.com/pages/Projeto-Veeco/193681190727696?ref=ts>

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=536045

Microsoft apresenta Versão do Bing em português

A Microsoft Portugal apresentou recentemente a versão portuguesa do seu motor de pesquisa & decisão Bing - fruto do trabalho desenvolvido em Portugal pelo seu centro de Investigação e Desenvolvimento, em estreita colaboração com a equipa internacional de engenharia do Bing. O Bing em Portugal encontra-se ainda em versão beta, continuando a Microsoft a trabalhar na melhoria da sua qualidade. Este anúncio é um passo muito importante nesta direção. Esta localização do motor de busca em estreia no novo Windows Phone hoje anunciado, permite uma maior compreensão da intenção de qualquer utilizador que realize uma pesquisa de texto através do Bing, em qualquer variante do Português, e oferece um melhor desempenho na ordenação e relevância dos resultados de pesquisa. A versão do Bing em Português (disponível em) foi desenvolvida pela equipa internacional de engenharia do Bing e incluiu, no último ano, uma equipa de profissionais e investigadores portugueses do centro de I&D da Microsoft em Portugal. Esta versão, ainda em fase beta, integra o conjunto de funcionalidades de base do novo Windows Phone, proporcionando uma maior mobilidade no acesso ao motor de busca. De acordo com Miguel Sales Dias, o Diretor do Centro de I&D MLDC em Portugal, "Este projeto é para a Microsoft em Portugal um importante marco, pois assinala uma melhoria significativa na utilização e interação dos utilizadores com o motor de busca, aperfeiçoando, simultaneamente, o desempenho e a ordenação dos resultados da pesquisa. Com esta nova tecnologia de relevância é possível compreender melhor a intenção de qualquer utilizador que utilize uma pesquisa de texto com o Bing, em qualquer variante do Português, produzindo resultados que vão ao encontro das suas necessidades e expectativas. Acreditamos, ainda, que a parametrização do Bing para português constitui um importante passo para colocar Portugal entre os países de referência da União Europeia no domínio das tecnologias de pesquisa e um claro contributo para uma estratégia nacional que fomente uma maior competitividade no setor das Tecnologias de Informação e Comunicação em Portugal. O Bing já se encontra disponível em mais de 15 países europeus incluindo agora Portugal. Com a melhoria da versão beta do Bing em português, os utilizadores têm agora a possibilidade de aceder à tecnologia assente em modelo cloud computing, em ambiente PC ou em mobilidade, nomeadamente através do novo Windows Phone.

A AdI está ainda a apoiar outros projetos em Co-promoção envolvendo a *Microsoft*, de que destacamos o LUL – *Living Usability Lab*, recentemente distinguido com dois prémios de Inovação Tecnológica concedidos por reputadas instituições de solidariedade social do contexto Nacional:

- 2.ª Menção Honrosa do prémio "Ser Capaz - Investigação e Tecnologia" pela Associação Salvador;
- Prémio de Inovação Tecnológica "Engenheiro Jaime Filipe" pelo Instituto Nacional para a Reabilitação.

https://www.facebook.com/note.php?note_id=258227040901756

<http://www.microsoft.com/portugal/presspass/comunicados.aspx?ID=418>

http://noticias.up.pt/catalogo_noticias.php?ID=8786

<http://itonlineblog.wordpress.com/tag/microsoft-developer-center-portugal/>

<http://pcguia.sapo.pt/2011/12/02/microsoft-recebe-premios-de-inovacao-tecnologica-com-parcerias-universidade-empresa/>

ANEXO 1

Em cumprimento com o disposto no artigo 13.º- A, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e de acordo com a aplicação dos Princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, as empresas públicas devem:

“Incluir nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades do qual conste, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.”

Ponto 1 – Governo Societário

1. Missão, objetivos e políticas da empresa

1.1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida

A Lei nº. 64-B/2011, de 30 de dezembro respeitante ao Orçamento de Estado para 2012, determinou para a Administração Pública e para o Setor Empresarial do Estado a manutenção das várias medidas restritivas, já impostas em 2011, ao nível da contenção de despesas, às quais a AdI deu integral cumprimento durante o período a que este relatório se refere.

Tendo presente este quadro de contenção imposto à AdI, a mesma depara-se com a necessidade de adequar a sua atual estrutura de custos às necessidades. Neste sentido foi necessário o ajustamento das diferentes rubricas, nomeadamente no que toca ao Fornecimento e Serviços Externos e Custos com Pessoal, havendo mesmo nesta área um despedimento coletivo no final do ano.

Apesar das restrições apresentadas, a AdI continuou a assumir a sua missão de promover a inovação e desenvolvimento tecnológico facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

O cumprimento da nossa missão encontra-se esclarecido no decorrer do relatório, no âmbito dos resultados das diferentes Iniciativas/Projetos.

1.2. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos

Os principais objetivos da AdI são definidos da seguinte forma:

- Promover a inserção de Recursos Humanos altamente qualificados nas empresas;
- Apoiar a inovação de base tecnológica através da I&D;
- Estimular a interligação das empresas com as instituições de I&D¹;
- Incentivar a valorização dos resultados de I&D;
- Promover a transferência de tecnologia.

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Sendo a Adl uma sociedade anónima está sujeita, para além do previsto nos seus Estatutos, às normas constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que os Acionistas da Adl são detidos total ou parcialmente pelo Estado, a Adl está, ainda, sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de agosto, Lei nº. 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei nº. 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei nº. 64-B/2011, de 30 de dezembro, e ao Estatuto do Gestor Público regulado pelo Decreto-Lei nº. 71/2007, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro e Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro.

No cumprimento do objeto social da Adl, nomeadamente, o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, a Adl suporta-se de um conjunto de Programas e/ou Projetos dos quais podemos destacar:

QREN - A Adl é o Organismo Intermédio competente para os projetos em Co-promoção entre empresas ou entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico e os projetos Mobilizadores, contemplados no Regulamento do SI&DT² do Programa QREN.

Desse modo encontra-se sujeita ao cumprimento, entre outros, do disposto nos seguintes diplomas:

- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão aprovado em CMC QREN em 18/09/2009 e retificado em 20/04/2010, em 21/01/2011 e 21/12/2011;
- Enquadramento Nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de março;

¹ I&D – Investigação e Desenvolvimento

² SI&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e ao Desenvolvimento Tecnológico

- Regulamento do SI I&DT, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de novembro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 711/2008, de 31 de julho, pela Portaria n.º 353-B/2009, de 3 de abril, e pela Portaria n.º 1102/2010, de 25 de outubro;
- O “Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade 2007-2013”;
- Os Regulamentos dos Programas Operacionais Regionais do Continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve;
- O “Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN”;
- Regulamento de Execução da Assistência Técnica, aprovado pela CMC do POFC em 16/07/2008;
- Regulamento Específico Assistência Técnica, aprovado pela CMC dos PO Regionais do Continente em 19/06/2008 e alterado em 05/06/2009;

SIFIDE - Sendo membro da Comissão Certificadora do SIFIDE³ e entidade responsável pelo apoio logístico e administrativo à respetiva Comissão deve cumprir com o estipulado no Despacho n.º 3368/98 (2.ª Série) e demais legislação sequente.

EUREKA - A AdI é a Entidade Nacional representante do Programa Eureka sendo obrigada a cumprir o estipulado no Despacho Conjunto MNE/ME/MCT DR n.º 60, II Série, de 12 de Março de 1997 bem como as regras e responsabilidades definidas pelo Programa Eureka.

Nesse âmbito e com o aparecimento do Programa Eurostars, que surgiu como uma nova forma de apoio às PME's⁴ com atividades de I&D e resulta do esforço de colaboração entre a Iniciativa EUREKA e a Comissão Europeia, sendo a AdI a Entidade Gestora do mesmo, deve igualmente cumprir com o contrato celebrado com o Secretariado do Eureka, bem como as orientações supra referidas.

COMISSÃO EUROPEIA - De igual modo, na prossecução do objeto social a AdI é entidade promotora em vários projetos co-financiados por programas da Comissão Europeia, nomeadamente o 7.º PQ, o CIP e o INTERREG onde devemos cumprir quer as normas definidas por cada Programa, os regulamentos da Comissão Europeia bem como os regulamentos definidos pelo IFDR enquanto Controlador Nacional desses Programas.

Quanto aos procedimentos a adotar para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a AdI está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

³ SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

⁴ PME's – Pequenas e Médias Empresas

Relativamente a matéria laboral e social, a AdI rege-se pelo Código do Trabalho e Regulamentação ao Código do Trabalho e demais legislação complementar, aprovada pela Lei nº. 7/2009 de 12 de fevereiro retificada pela Lei nº. 21/2009, de 18 de março e regulamentada pela Lei nº. 105/2009, de 14 de setembro, alterada pela Lei nº. 53/2011, de 14 de outubro, Lei nº. 3/2012, de 10 de janeiro, e pela Lei nº. 23/2012 de 25 de junho.

Em termos de normas internas, estas encontram-se estabelecidas no clausulado dos contratos de trabalho, nos regulamentos e ordens de serviço AdI, bem como nas normas e procedimentos dos programas que gerimos.

3. Informação sobre as transações relevantes com entidades: rendas IAPMEI

4. Informação sobre outras transações

4.1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Relativamente aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a AdI é entidade adjudicante, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 2 do DL 18/2008, e como tal as adjudicações realizadas no ano de 2012, tiveram por base a legislação em vigor.

De forma sucinta podemos agrupar as aquisições de bens e serviços em três grupos:

- A maioria das despesas foi efetuada ao abrigo dos artigos 128º e 129º, ou seja pelo procedimento de Ajuste Direto, regime simplificado;
- As aquisições com valores acima dos 5.000,00 € foram realizadas através da plataforma eletrónica *compras.pt*;
- Os contratos de prestação de serviços em vigor foram celebrados ao abrigo do DL 197/99 de 8 de Junho.

4.2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não se verificou nenhuma transação que tenha ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

4.3. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

IAPMEI

SRS Advogados

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos órgãos sociais

O capital social da Agência de Inovação – Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A. é de 5.176.376,50 € composto por 1.037.350 Ações com o valor nominal de 4.99 Euros cada, encontrando-se totalmente realizado e sendo detido pelas seguintes entidades:

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%
PME Investimentos	33%
IAPMEI	17%

Conselho de Administração

Mandato 1

1º Semestre de 2012:

Presidente: Dr. Lino Manuel Gomes Fernandes

Vice-Presidente: Eng. António Paulo Sá e Cunha

Vogal não Executivo: Eng. Fernando Duarte Bello Pinheiro

Mandato 2

Após re-estruturação, 2º Semestre 2012:

Presidente não executivo: Prof. Dr. Miguel Cruz

Vice-Presidente: Eng. António Paulo Sá e Cunha

Vogal não Executivo: Prof. Dr. Emídio Gomes

Fiscal Único

Efetivo: ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha & Costa, SROC, representada por José Maria Monteiro Azevedo Rodrigues, ROC

Suplente: João da Rocha Abrantes Costa, ROC

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

6.1. Estatuto remuneratório (órgãos executivos)

Mesa Assembleia Geral

Presidente: Prof. Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral – senha de presença 670€

Conselho de Administração

Decorrente da Lei 12 A/2010 de 30/06 – art.º 12.º e da Lei 55 A/2010

Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 5.105,21 € paga 5 vezes no ano de 2012, por cessação de funções em junho;

Em 2012 foi efetuada a redução de 1.492,75 € referente a 5 meses de redução salarial nos termos da Lei 12 A/2010, decorrente da informação prestada apenas nesta data da obrigatoriedade da aplicabilidade da referida legislação desde 01 de junho de 2010.

Vice-Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 4.645,22 € paga 12 vezes por ano;

Em 2012 foi efetuada a redução de 3.259,80 € referente a 12 meses de redução salarial nos termos da Lei 12 A/2010, decorrente da informação prestada apenas nesta data da obrigatoriedade da aplicabilidade da referida legislação desde 01 de junho de 2010.

Presidente não executivo e Vogal não Executivo: Sem qualquer remuneração mensal.

Fiscal Único: Remuneração de 790,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, 12 vezes por ano. (o valor da prestação de serviços mantém-se inalterado desde 2002)

Fiscal Único	2011	2012 **
Remuneração anual auferida (€)	9.480,00 €	9.480,00 €
** Em 2012 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011) Sim ___ Não <u>X</u>		

A Adl tem cumprido com as obrigações previstas na Lei 55 A/2010 referente ao decréscimo médio de 15% no custo das aquisições de bens e serviços.

6.2. Remunerações e outras regalias

	PRESIDENTE até 06 de junho	PRESIDENTE após 06 de junho	VICE PRESIDENTE
1. REMUNERAÇÃO			
1.1 REMUNERAÇÃO BASE ANUAL/FIXA	31.049,20 €		65.196,00 €
1.2 REDUÇÃO DECORRENTE DA LEI 12-A/2010	1.492,75 €		3.259,80 €
1.3 REDUÇÃO DECORRENTE DA LEI 55-A/2010	2.836,20 €		6.193,56 €
1.4 REMUNERAÇÃO ANUAL EFECTIVA (1.1-1.2-1.3)	26.720,25 €		55.742,64 €
1.5 SENHA DE PRESENÇA	---		---
1.6 ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DE GESTÃO	---		---
1.7 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	---		---
1.8 IHT (SUB. DE ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO)	---		---
1.9 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---		---
2. OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES			
2.1 PLAFOND ANUAL EM COMUNICAÇÕES MÓVEIS	ILIMITADO		ILIMITADO
2.2 GASTOS NA UTILIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS	306,37 €		3.013,59 €
2.3 SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO	---		---
2.4 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	858,94 €		1.064,06 €
2.5 OUTRAS (AJUDAS DE CUSTO)	12,55 €		---
3. ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			
3.1 REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL	2.299,79 €		7.216,48 €
3.2 SEGUROS DE SAÚDE	---		---
3.3 SEGUROS DE VIDA	---		---
3.4 SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	---		---
3.4 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---		---
4. PARQUE AUTOMÓVEL			
4.1 MARCA	Opel		AUDI
4.2 MODELO	AH/monocab		A4 AVANT 1.9 TDI
4.3 MATRÍCULA	23-GF-45		00-84-XP
4.4 MODALIDADE DE UTILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO/ALD/RENTING/LEASING)	AQUISIÇÃO		AQUISIÇÃO
4.5 VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA NOVA	---		---
4.6 ANO INÍCIO	---		---
4.7 ANO TERMO	---		---
4.8 Nº PRESTAÇÕES (SE APLICÁVEL)	---		---
4.9 VALOR RESIDUAL	---		---
4.10 VALOR DA RENDA/PRESTAÇÃO ANUAL DA VIATURA DE SERVIÇO	---		---
4.11 COMBUSTÍVEL GASTO COM A VIATURA	1.070,86 €		6.814,15 €
4.12 PLAFOND ANUAL COMBUSTÍVEL ATRIBUÍDO	3600 LTS.		3600 LTS.

PARA USO PESSOAL			
4.13 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---		---
5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
5.1 OPÇÃO PELA REMUNERAÇÃO DO LUGAR DE ORIGEM (S/N)	N		N
5.2 REMUNERAÇÃO ILÍQUIDA ANUAL PELO LUGAR DE ORIGEM	17.071,20 €		45.962,16 €
5.3 REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL			
5.3.1 SEGURANÇA SOCIAL (S/N)	N		N
5.3.2 OUTRO (INDICAR)	ADSE+CGA		ADSE+CGA
5.4 EXERCÍCIO FUNÇÕES REMUNERADAS FORA GRUPO (S/N)	N		N
5.5 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---		---

7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

7.1. Estratégias adotadas

7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade (pontos abordados no Relatório de Gestão)

7.4. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Para precaver as situações referidas a Adl tem vindo a candidatar-se a outros programas, que dentro das linhas da sua atividade gerem fontes de financiamento complementares, assim como tem vindo a estudar e a fundamentar o aprofundamento de outras linhas de trabalho.

A Adl define-se pelo cumprimento dos Princípios de bom governo definidos no anexo à RCM n.º 49/2007, destacando a existência de um sistema de controlo de riscos, adequado à proteção dos seus ativos, bem como o cumprimento da prevenção de conflitos de interesses pelos membros do Conselho de Administração.

A gestão da Adl teve sempre presente, ao longo de 2012, os princípios de Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e de Serviço Público que devem nortear a atividade.

7.5. Responsabilidade Social

7.5.1. Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação

A Adl pratica e promove a absoluta igualdade de oportunidades, quer ao nível do recrutamento de novos colaboradores, quer ao nível da evolução profissional e recusa qualquer prática de discriminação, designadamente em função de género, ideologia, religião ou raça.

7.5.2. Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores.

A Adl pratica e promove a manutenção da boa condição física e psíquica dos colaboradores através dos cuidados ao nível do cumprimento das obrigações no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho.

7.5.3. Adoção de práticas ambientalmente corretas

A Adl adota os princípios do desenvolvimento sustentável assumindo a vertente ambiental como parte integrante do seu desempenho empresarial através de ações internas de comunicação e divulgação de boas práticas ambientais junto dos colaboradores bem como o cumprimento da legislação nacional em vigor e da melhoria das condições do local de trabalho.

7.6. Desenvolvimento sustentável

7.6.1. Criação de valor para o acionista e promoção da proteção ambiental

Desenvolvimento sustentável traduz-se na procura da satisfação das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades e possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A Adl promove o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal tendo vindo a dinamizar projetos numa vertente mais ecológica e ambiental, promovendo igualmente a inovação ao nível do setor agroalimentar e das energias renováveis.

A criação de valor e desenvolvimento sustentável é transmitido pelo incremento do I&DT em Portugal e o cumprimento dos objetivos definidos no Plano Tecnológico.

7.6.2. Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

Neste campo, fruto dos condicionalismos subjacentes à conjuntura económica portuguesa aliada à obrigatoriedade de cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento não foi possível fomentar a contratação de pessoal, havendo mesmo uma redução de pessoal, no entanto existe flexibilidade da Adl na criação de condições possíveis à oportunidade de formação dos colaboradores.

7.7. Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

O serviço público que a Adl presta traduz-se no cumprimento dos Programas que gere quer pela taxa de execução dos incentivos ao I&DT aprovados e acompanhados, pelos resultados alcançados, quer pela divulgação e promoção de contactos entre várias entidades.

Foram vários os projetos com apoio Adl que foram notícia em 2012 (ponto abordado no Relatório de Gestão)

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa

Entendemos que este ponto não se aplica quer à missão quer aos objetivos da Adl.

7.8. Planos de ação para o futuro (ponto abordado no Relatório de Gestão)

8. Viabilidade no cumprimento dos Princípios de Bom Governo (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), devidamente fundamentada

A Adl, de forma gradual, tem vindo a implementar ações, visando dar integral cumprimento aos Princípios de Bom Governo, através da seguinte forma:

- O desenvolvimento da sua Missão de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 159/2007 de 27 de abril;
- O cumprimento dos objetivos delineados em sede dos vários Programas e projetos existentes na Adl em que intervimos quer como Organismo Técnico, Entidade Gestora ou Promotor;
- A implementação de uma estratégia de contenção das despesas e racionalização dos investimentos a efetuar, procurando obter o maior rendimento com o mínimo custo possível;
- A existência de Auditores Externos;
- A existência de mecanismos para prevenção de conflito de interesses;

- A existência de um *site* próprio na internet (www.adi.pt) com as informações relevantes da empresa bem como a implementação de mecanismos necessários por forma a cumprir com o disposto nos Princípios relativos à divulgação de informação bem como com divulgação pública dos projetos aprovados;

Assim, verifica-se que a Adl cumpre com os normativos que lhe asseguram boas práticas no domínio do Bom Governo empresarial, designadamente no tocante às orientações e princípios fixados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, tendo definido e concretizado ações necessárias ao seu cumprimento e melhorias contínuas.

9. Código de Ética

Foi elaborado o manual *Código de Ética e Normas de Conduta*.

10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa de modo a proteger os investimentos e seus ativos.

No cumprimento do ponto 19 do anexo à RCM n.º 49/2007 a Empresa dispõe de um sistema de controlo de riscos, cujos normativos já foram referidos no ponto 1 n.º 2 deste relatório.

11. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração cumprem o estabelecido no ponto 22 do anexo à RCM n.º 49/2007 sobre prevenção de conflitos de interesse, isto é, não intervêm em decisões que envolvam os seus próprios interesses e não mantêm relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

11.1. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação prevista na RCM 49/2007, de 28 de março

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			

Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Ponto 2 – A explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objetivos de gestão previstos encontram-se especificados no Relatório de Gestão.

Ponto 3 – Este ponto referente à gestão do risco financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro não se aplica à Adl.

Ponto 4 – Em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro e a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril informamos que prazo médio de pagamentos rondou os 31 dias.

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	21	19	24	22	33	35	22	36

Ponto 5 – Os atrasos nos pagamentos nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio, são os seguintes:

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
SRS Advogados		x			

Ponto 6 – A Adl tem recorrido a contactos no sentido da verificação e do cumprimento dos deveres especiais de informação nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio.

Ponto 7 – A Adl tem cumprido com as recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas.

Ponto 8 – Relativamente ao cumprimento da não atualização dos salários nominais a Adl cumpre com o estipulado no art.º 12.º da Lei 12 A/2010, de 30 de junho, nos art.º 19.º e 24.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro e na Resolução do Conselho de Ministros 1/2011. O detalhe das remunerações pagas consta no ponto 1 n.º 6.2.

Ponto 9 – Relativamente aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, encontra-se referido no Ponto 1 n.º 4.1.

Em termos de despesa de valor igual ou superior a 125.000,00€ registamos apenas o pagamento mensal da renda das instalações da Adl em Lisboa cujo contrato foi celebrado em 2004.

Realçamos que a Adl prima pela boa prática de atos de boa gestão em todos os procedimentos efetuados, sendo que, não descurando as características de cada aquisição, os critérios de adjudicação visaram o preço e/ou a relação qualidade/preço.

Ponto 10 - A Adl aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas, no entanto, desenvolve os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através da plataforma eletrónica *compras.pt*

Ponto 11 – Entende-se que o cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos bem como o plano de redução de custos para 2012 explanados no despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril não se aplicam à nossa organização.

Ponto 12 - No que se refere ao cumprimento do previsto no art. 77.º da Lei 55 A/2010, de 31 de dezembro, a Adl aguarda parecer relativo à exigência de abertura de conta no IGCP.

Ponto 13 – Quadro Resumo referente ao cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			10 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X			
Deveres Especiais de Informação		X			
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		
Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			9.029,76 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			4.752,55 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			67.994,24 €	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			+18%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-06%	
Princípio da Unidade de Tesouraria		X			

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de **533.140,72 Euros** (quinhentos e trinta e três mil, cento e quarenta euros e setenta e dois cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

Aprovada a proposta, os Capitais Próprios da Agência de Inovação, S.A., passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital	€5.176.376,50
Reservas Legais	€190.264,06
Resultados Transitados	(€965.941,40)
Outras Variações no Cap. Próp.	<u>€318.025,69</u>
	€4.718.724,85

B – Contas de 2012

Demonstrações Financeiras

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2012	2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	695.416,46	943.545,53
Propriedades de investimento	9	1.211.100,00	1.464.279,70
Ativos intangíveis	7	310.900,82	170.842,63
Ativos por impostos diferidos	16	12.474,30	
		2.229.891,58	2.578.667,86
Ativo corrente			
Clientes	17	2.499,64	8.953,95
Adiantamentos a fornecedores	17		1.938,59
Estado e outros entes públicos	16	19.751,99	7.748,25
Outras contas a receber	17	3.742.507,93	4.786.301,58
Diferimentos		39.057,00	63.430,31
Caixa e depósitos bancários	4	5.243.845,50	6.843.178,03
		9.047.662,06	11.711.550,71
Total do ativo		11.277.553,64	14.290.218,57
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	5.176.376,50	5.176.376,50
Reservas legais		190.264,06	182.208,80
Resultados transitados		(432.800,68)	(129.949,42)
Excedentes de revalorização	7;8	140.921,66	271.521,96
Outras variações no capital próprio	13	318.025,69	265.549,95
Resultado líquido do período		(533.140,72)	(41.230,64)
Total do capital próprio		4.859.646,51	5.724.477,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12	35.000,00	60.000,00
Passivos por impostos diferidos	16	165.551,10	193.638,12
Outras contas a pagar	17	405.030,47	405.030,47
		605.581,57	658.668,59
Passivo corrente			
Fornecedores	17	124.419,15	285.797,69
Estado e outros entes públicos	16	233.287,00	73.343,18
Outras contas a pagar	17	5.436.080,14	7.530.347,69
Diferimentos		18.539,27	17.584,27
		5.812.325,56	7.907.072,83
Total do passivo		6.417.907,13	8.565.741,42
Total do capital próprio e do passivo		11.277.553,64	14.290.218,57

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	11	1.036,57	4.821,13
Subsídios à exploração	13	3.466.389,25	3.185.968,99
Fornecimentos e serviços externos		(1.127.079,66)	(1.196.098,02)
Gastos com o pessoal	6;18	(3.038.001,52)	(2.572.217,98)
Provisões (aumentos/reduções)	12	25.000,00	195.000,00
Aumentos/reduções de justo valor	9	65.386,45	
Outros rendimentos e ganhos	11	287.363,91	526.005,80
Outros gastos e perdas		(41.087,96)	(48.531,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(360.992,96)	94.948,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(153.410,70)	(185.641,52)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		(47.072,82)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(561.476,48)	(90.693,37)
Resultado antes de impostos		(561.476,48)	(90.693,37)
Imposto sobre o rendimento do período	16	28.335,76	49.462,73
Resultado líquido do período		(533.140,72)	(41.230,64)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		8.079,32	2.002,52
Pagamentos a fornecedores		1.000.390,47	769.722,74
Pagamentos ao pessoal	18	2.068.691,56	2.287.800,24
Caixa gerada pelas operações		(3.061.002,71)	(3.055.520,46)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		22.867,80	(39.836,26)
Outros recebimentos/pagamentos		1.453.937,30	2.345.748,93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(1.629.933,21)	(669.935,27)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	8	3.795,78	17.640,90
<i>Ativos intangíveis</i>	7	128.364,98	81.695,23
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		159.551,69	86.369,76
<i>Juros e rendimentos similares</i>		3.211,96	41.281,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		30.602,89	28.315,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		2,21	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2,21)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.599.332,53)	(641.620,18)
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.843.178,03	7.484.798,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5.243.845,50	6.843.178,03

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012 6		5.176.376,50				182.208,80		(129.949,42)		271.521,96	265.549,95	(41.230,64)	5.724.477,15		5.724.477,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	5														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	7;8							(6.593,53)		6.593,53					
Ajustamentos por impostos diferidos	16									47.087,18	(61.306,35)		(14.219,17)		(14.219,17)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						8.055,26		(296.257,73)		(184.281,01)	113.782,09	41.230,64	(317.470,75)		(317.470,75)
7						8.055,26		(302.851,26)		(130.600,30)	52.475,74	41.230,64	(331.689,92)		(331.689,92)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8												(533.140,72)	(533.140,72)		(533.140,72)
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8												(864.830,64)	(864.830,64)		(864.830,64)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
10															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012 6+7+8+10		5.176.376,50				190.264,06		(432.800,68)		140.921,66	318.025,69	(533.140,72)	4.859.646,51		4.859.646,51

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011 1		5.176.376,50				35.487,79		80.219,29		266.675,72	420.549,74	20.816,87	6.000.125,91		6.000.125,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	5														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	7;8							(6.593,53)		6.593,53					
Ajustamentos por impostos diferidos	16							(35.169,00)		(1.747,29)	98.270,88		61.354,59		61.354,59
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						146.721,01		(210.792,73)			(370.833,36)	(20.816,87)	(455.721,95)		(455.721,95)
2						146.721,01		(252.555,26)		4.846,24	(272.562,48)	(20.816,87)	(394.367,36)		(394.367,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3												161.105,15	161.105,15		161.105,15
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3												(233.262,21)	(233.262,21)		(233.262,21)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
5															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011 6=1+2+3+5		5.176.376,50				182.208,80		(172.335,97)		271.521,96	147.987,26	161.105,15	5.766.863,70		5.766.863,70

Anexos às Contas

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: AGÊNCIA DE INOVAÇÃO S.A.
Sede social: Edifício IDIT, Rua do IDIT - Espargo
Endereço eletrónico: adi@adi.pt
Página da internet: www.adi.pt
Natureza da atividade: Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adoção do novo referencial

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

A Administração da AdI, S.A. teve conhecimento da publicação em Diário da República do Dec. Lei 266/2012 no dia 28-12-2012 referente à aprovação da nova Lei Orgânica do IAPMEI-Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e da consequente dissolução da AdI, S.A., tendo o referido diploma legal entrado em vigor no dia 01-01-2013.

Tendo em conta que no momento do encerramento de contas do exercício económico de 2012 a Administração da AdI, S.A. pressupõe que a eventual dissolução da AdI, S.A., a ocorrer, só se venha a materializar a partir de 01-01-2014, as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2011.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todas as contas são comparáveis com as contas do período anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de

“ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item “Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial”.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado “Goodwill”, sendo reconhecido no ativo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa (“Goodwill negativo”), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC..

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por Imparidade Acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas contabilísticas referidas anteriormente, existe um esquema contabilístico próprio desde 2006, que visa espelhar com clareza os fluxos de Projectos com Assistência Técnica ("Projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores.

Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278 – "Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

3.3. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não houve juízos de valor emanados do Órgão de Gestão sobre a aplicação das políticas contabilísticas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2012 pressupõe-se a continuidade de operações por parte da Agência de Inovação, S.A. durante o ano de 2013, apesar da contingência de dissolução da AdI, S.A. preconizada pelo Dec. Lei Nº 266/2012 de 28-12-2012.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Tendo em conta que à data de Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2012, a haver uma dissolução da AdI,S.A. esta eventualmente apenas se materializará a partir de 2014, não se prevê a existência de estimativas com risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes durante o ano financeiro de 2013.

4 - Fluxos de caixa

Balanço - (modelo normal) - Caixa e depósitos bancários

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Caixa e seus equivalentes no fim do período

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.000,00			2.000,00
Depósitos à ordem	6.841.178,03		1.599.332,53	5.241.845,50
Outros depósitos bancários				
Total	6.843.178,03		1.599.332,53	5.243.845,50

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.000,00		1.000,00	2.000,00
Depósitos à ordem	7.481.798,21		640.620,18	6.841.178,03
Outros depósitos bancários				
Total	7.484.798,21		641.620,18	6.843.178,03

4.2. Outras informações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos de indemnizações seguros não vida		12.906,00
Recebimentos de subsídios à exploração	800.017,86	400.000,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso		

4.3. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31-12-2012 encontravam-se à guarda da Agência de Inovação, S.A. Fundos para a Promoção do I&D no montante de € 3.340.884,89 resultante de recebimentos da parte reembolsável dos incentivos atribuídos a Promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela AdI.

Os Fundos acima referidos, à data de Encerramento de contas do Exercício Económico de 2012, ainda não foram formalmente disponibilizados pela tutela para serem utilizados pela Agência de Inovação, S.A.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - ALTERAÇÕES NO PERÍODO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Alterações de políticas contabilísticas

5.1. Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

No Exercício Económico de 2012 foi detectado um erro na imputação dos Subsídios ao Investimento dado que foram incluídos indevidamente numa regularização efectuada, Investimentos que ainda se encontravam em curso a 31-12-2011. Foi apurada por excesso uma regularização de € 159.949,24 acrescida do correspondente Passivo Por Impostos diferidos no valor de € 42.386,55.

O referido erro afectou as Demonstrações Financeiras da seguinte forma:

REEXPRESSÃO AOS VALORES DO BALANÇO e DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Rubricas	2011	Regulização de ERROS		2011 Reexpesso
		Débito	Crédito	
Capital Próprio	5.766.863,70	244.722,34	202.335,79	5.724.477,15
Resultado Transitado	-172.335,97			-129.949,42
56 - Resultados transitados (2)			42.386,55	
Resultado Líquido	161.105,15			-41.230,64
4122 - Imposto Diferido (3)		42.386,55		
7003 - Imputação de subsídios para investimentos (1)		159.949,29		
Outras Variações no capital Próprio	147.987,26			265.549,95
5931 - Antes de imposto sobre o rendimento (1)			159.949,29	
5932 - Impostos diferidos (2)		42.386,55		
Passivo	8.523.354,87	0,00	42.386,55	8.565.741,42
2702 - Passivas por impostos diferidos (3)	151.251,57		42.386,55	193.638,12

5.2. Outras divulgações

Não existem alterações nas políticas estimativas contábilísticas.

6 - Partes relacionadas

Balanço - (modelo normal) - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Balanço - (modelo normal) - Acionistas/sócios

Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Distribuições

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Entradas para cobertura de perdas

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Outras Operações

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de capital

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de prêmios de emissão

6.1. Identificação das partes relacionadas

6.1.1. Empresas-mãe e outras entidades que participam no capital da empresa

NIF	503904040
Denominação	Fundação Para a Ciência e Tecnologia
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	2.588.188,25
Capital social detido (%)	50,000
Direitos de voto (%)	50,000
Data de início da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	
NIF	501373357
Denominação	IAPMEI
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	873.250,00
Capital social detido (%)	16,900
Direitos de voto (%)	16,900
Data de início da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	
NIF	502218835
Denominação	PME Investimentos
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	1.714.938,25
Capital social detido (%)	33,100
Direitos de voto (%)	33,100
Data de início da participação	13-02-2004
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	

7 - Ativos intangíveis

Balanco - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Ativos intangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		78.327,24	1.063.071,09		6.088,50			1.147.486,83
Amortizações acumuladas totais no fim do período		78.327,24	757.988,98		269,79			836.586,01
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.327,24	739.969,38			159.949,24		978.245,86
Amortizações acumuladas		78.327,24	729.075,99					807.403,23
Saldo no início do período			10.893,39			159.949,24		170.842,63
Variações do período			294.188,72		5.818,71	(159.949,24)		140.058,19
Aquisições em primeira mão			324.436,31		6.088,50			330.524,81
Total de aumentos			324.436,31		6.088,50			330.524,81
Amortizações do período			29.944,33		269,79			30.214,12
Outras diminuições			303,26			159.949,24		160.252,50
Total diminuições			30.247,59		269,79	159.949,24		190.466,62
Saldo no final do período			305.082,11		5.818,71			310.900,82

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		78.327,24	739.969,38			159.949,24		978.245,86
Amortizações acumuladas totais no fim do período		78.327,24	729.075,99					807.403,23
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.327,24	754.701,20			120.611,33		953.639,77
Amortizações acumuladas		78.327,24	728.908,28					807.235,52
Saldo no início do período			25.792,92			120.611,33		146.404,25
Variações do período			(14.899,53)			39.337,91		24.438,38
Aquisições em primeira mão			31.849,64			40.690,91		72.540,55
Outros aumentos			321,92					321,92
Total de aumentos			32.171,56			40.690,91		72.862,47
Amortizações do período			33.991,32					33.991,32
Abates			4.815,96					4.815,96
Outras diminuições			8.263,81			1.353,00		9.616,81
Total diminuições			47.071,09			1.353,00		48.424,09
Saldo no final do período			10.893,39			159.949,24		170.842,63

8 - Ativos fixos tangíveis

Balanco - (modelo normal) - Ativos fixos tangíveis

Balanco - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis

8.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	397.345,00	395.018,41	79.504,19	206.589,38	1.301.085,35		188.132,42			2.567.674,75
Depreciações acumuladas		23.765,14	79.484,19	206.589,38	1.164.869,12		149.421,39			1.624.129,22
Saldo no início do período	397.345,00	371.253,27	20,00		136.216,23		38.711,03			943.545,53
Variações do período	(120.919,00)	(60.179,27)	(10,00)		(43.588,68)		(23.432,12)			(248.129,07)
Total de aumentos					3.553,47		4.645,71			8.199,18
Aquisições em primeira mão					3.553,47		4.645,71			8.199,18
Total diminuições	120.919,00	60.179,27	10,00		47.142,15		28.077,83			256.328,25
Depreciações do período		13.106,45	10,00		47.142,15		28.077,83			88.336,43
Perdas por imparidade		47.072,82								47.072,82
Outras diminuições	120.919,00									120.919,00
Saldo no fim do período	276.426,00	311.074,00	10,00		92.627,55		15.278,91			695.416,46
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>276.426,00</i>	<i>395.018,41</i>	<i>79.504,19</i>	<i>206.589,38</i>	<i>1.293.609,80</i>		<i>192.778,13</i>			<i>2.443.925,91</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>83.944,41</i>	<i>79.494,19</i>	<i>206.589,38</i>	<i>1.200.982,25</i>		<i>177.499,22</i>			<i>1.748.509,45</i>

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	397.345,00	378.700,00	79.504,19	245.439,38	1.389.140,04		201.971,08			2.692.099,69
Depreciações acumuladas		11.474,61	79.474,19	237.975,97	1.184.545,62		137.374,62			1.650.845,01
Saldo no início do período	397.345,00	367.225,39	30,00	7.463,41	204.594,42		64.596,46			1.041.254,68
Variações do período		4.027,88	(10,00)	(7.463,41)	(68.378,19)		(25.885,43)			(97.709,15)
Total de aumentos		16.318,41			5.343,22		1.783,50			23.443,68
Aquisições em primeira mão		16.318,41			5.341,77		1.783,50			23.443,68
Outros aumentos					1,45					1,45
Total diminuições		12.290,53	10,00	7.463,41	73.721,41		27.668,93			121.154,28
Depreciações do período		12.290,53	10,00	7.463,41	69.857,66		27.168,45			116.790,05
Abates					3.863,75		500,48			4.364,23
Outras transferências							0,00			0,00
Saldo no fim do período	397.345,00	371.253,27	20,00		136.216,23		38.711,03			943.545,53
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>397.345,00</i>	<i>395.018,41</i>	<i>79.504,19</i>	<i>206.589,38</i>	<i>1.301.085,35</i>		<i>188.132,42</i>			<i>2.567.674,75</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>23.765,14</i>	<i>79.484,19</i>	<i>206.589,38</i>	<i>1.164.869,12</i>		<i>149.421,39</i>			<i>1.624.129,22</i>

8.2. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

O Imóvel incluído no quadro da Nota 8.1. situa-se no Porto, mais precisamente na Rua de Sagres Nº11. No momento da transição do POC para SNC o referido imóvel foi revalorizado, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF Nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor, uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 pela empresa "Value Thinking – Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda" que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário". O valor de mercado do referido imóvel foi apurado pelo Método do Custo de Substituição Depreciado. A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação do imóvel acima referido efectuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 167.991,82 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A depreciação deste Activo Fixo Tangível foi contabilizada pelo método do custo durante o exercício de 2012, sendo este também o método a utilizar futuramente.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização	312.649,16	(232.437,94)						80.211,22
Variação do período	(120.919,00)	(34.978,87)						(155.897,87)
Aumentos		12.093,95						12.093,95
Diminuições	120.919,00	47.072,82						167.991,82
Outras	120.919,00	47.072,82						167.991,82
Saldo final excedente de revalorização	191.730,16	(267.416,81)						(75.686,65)

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização	312.649,16	(244.531,89)						68.117,27
Variação do período		12.093,95						12.093,95
Aumentos								
Diminuições		(12.093,95)						(12.093,95)
Outras		(12.093,95)						(12.093,95)
Saldo final excedente de revalorização	312.649,16	(232.437,94)						80.211,22

8.3. Outras divulgações

No final do Exercício Económico de 2012 encontram-se em posse de Terceiros, Activos Fixos Tangíveis no valor bruto de € 27.542,34 , os quais se encontram totalmente amortizados.

9 - Propriedades de investimento

Balanco - (modelo normal) - Propriedades de investimento

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Aumentos/reduções de justo valor

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Outros ativos

9.1. Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro seguinte:

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Fracções C e D e respectivos Parques.

A referida propriedade de Investimento, no momento da transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 elaborada pela empresa "Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda" que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário".

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas "Rendas de Mercado".

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima referida efectuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor bruto no início	383.500,00	1.150.500,00				1.534.000,00
Depreciações acumuladas		69.720,30				69.720,30
Saldo no início do período	383.500,00	1.080.779,70				1.464.279,70
Variações do período	(80.725,00)	(172.454,70)				(253.179,70)
Total de aumentos						
Total diminuições	80.725,00	172.454,70				253.179,70
Variações no justo valor	80.725,00	137.594,55				218.319,55
Depreciações do período		34.860,15				34.860,15
Saldo no final do período	302.775,00	908.325,00				1.211.100,00

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor bruto no início	383.500,00	1.115.639,85				1.499.139,85
Saldo no início do período	383.500,00	1.115.639,85				1.499.139,85
Variações do período		(34.860,15)				(34.860,15)
Total de aumentos						
Total diminuições		34.860,15				34.860,15
Depreciações do período		34.860,15				34.860,15
Saldo no final do período	383.500,00	1.080.779,70				1.464.279,70

9.2. Informação adicional sobre propriedades de investimento, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Quantias reconhecidas nos resultados	176.585,61	174.022,65
Rendas e outros rendimentos em propriedade de investimento	167.330,16	166.428,92
Gastos operacionais diretos em imóveis que geraram rendimentos	9.255,45	7.593,73
Gastos operacionais diretos em imóveis que não geraram rendimentos		
Quantias reconhecidas no passivo		
Obrigações contratuais p/comprar, reparar ou desenvolver propriedades investimento		

9.3. Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das mencionadas anteriormente.

10 - Imparidade de ativos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

10.1. Movimento das perdas por imparidade, por classes de ativos:

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	47.072,82		47.072,82			
Total	47.072,82		47.072,82			

10.2. Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa:

10.2.1. Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão de perda por imparidade

A AdI, S.A. é proprietária de um edifício situado na Rua de Sagres no Porto, conforme já mencionado em notas anteriores. O Valor Líquido escriturado do Edifício antes da avaliação promovida a 31-12-2012 era de € 358.146,82, tendo-lhe sido atribuído um valor de apenas € 311.074,00 após a referida peritagem. O diferencial foi reconhecido como Perdas por Imparidade.

11 - Rédito

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Vendas e serviços prestados

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Outros rendimentos e ganhos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Juros e rendimentos similares obtidos

11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Rédito é o influxo de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultam em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

O rédito foi mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável. É provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido

substancialmente resolvidas.

Os rendimentos de serviços prestados foram reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	1.036,57	4.821,13
Juros	3.059,71	41.281,46
Outros réditos	152,25	
Total	4.248,53	46.102,59

12 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Balanço - (modelo normal) - Provisões

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Provisões (aumentos/reduções)

12.1. Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			60.000,00						60.000,00
Variações no período			(25.000,00)						(25.000,00)
Aumentos do período									
Diminuições do período			25.000,00						25.000,00
Reversões			25.000,00						25.000,00
Saldo no fim do período			35.000,00						35.000,00
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

Quadro comparativo:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			255.000,00						255.000,00
Variações no período			(195.000,00)						(195.000,00)
Aumentos do período			35.000,00						35.000,00
Reforço			35.000,00						35.000,00
Diminuições do período			230.000,00						230.000,00
Reversões			230.000,00						230.000,00
Saldo no fim do período			60.000,00						60.000,00
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

12.2. Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço

Mantém-se o passivo contingente relacionado com a Provisão criada no seguimento do processo judicial interposto contra a Agência de Inovação, S.A. por Márcia Silva.

12.3. Provisões e passivos contingentes provenientes do mesmo conjunto de circunstâncias: evidenciação das ligações entre provisão e passivo contingente nas divulgações anteriores

A única Provisão existente em 31-12-2012 ascende a € 35.000,00. Este montante refere-se ao processo a decorrer no Tribunal de Trabalho de Lisboa em que a autora é Márcia Silva.

A contingência de passivo decorrente do processo interposto por Márcia Silva foi reconhecida em 2009 pelo valor de € 25.000,00. Em 2011 a provisão foi reforçada em € 35.000,00, tendo em 2012 sofrido uma redução em € 25.000,00 por Indicação dos Peritos.

A 31-12-2012 aguardava-se interposição de recurso por parte da autora, no seguimento da anterior absolvição da AdI por parte do Tribunal da Relação.

12.4. Descrição da natureza dos ativos contingentes à data do balanço (probabilidade de um influxo de benefícios económicos) e estimativa do seu efeito financeiro. (Caso seja impraticável fazer esta divulgação, declarar esse facto)

Não existem activos contingentes à data do balanço.

13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Balanço - (modelo normal) - Outras variações no capital próprio

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Subsídios à exploração

13.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os Subsídios do Governo são tratados de acordo com um esquema contabilístico próprio desde o exercício de 2006 até ao presente. A adopção deste esquema visou espelhar com mais clareza os fluxos existentes de Projectos com Assistência Técnica ("projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores, ambos financiados com verbas do Orçamento de Estado.

Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278-"Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	79.248,02	107.075,95		
Para activos fixos tangíveis	7.829,81	76.861,82		
Edifícios e outras construções		1.631,84		
Equipamento básico		10,00		
Equipamento administrativo	3.184,10	47.142,15		
Outros activos fixos tangíveis	4.645,71	28.077,83		
Para activos intangíveis	71.418,21	30.214,13		
Programas de computador	71.418,21	29.944,34		
Outros activos intangíveis		269,79		
Para outras naturezas de activos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	79.248,02	107.075,95		

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	63.373,80	139.306,76		
Para ativos fixos tangíveis	21.536,07	105.315,44		
Edifícios e outras construções	16.318,41	815,92		
Equipamento básico		10,00		
Equipamento de transporte		7.463,41		
Equipamento administrativo	3.434,16	69.803,60		
Outros ativos fixos tangíveis	1.783,50	27.222,51		
Para ativos intangíveis	41.837,73	33.991,32		
Programas de computador	41.837,73	33.991,32		
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	63.373,80	139.306,76		

14 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Demonstração Resultados por Funções - Gastos de distribuição

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

14.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte:

Descrição	Capitais Próprios	Resultados	Cap. Próprios Per. Anterior	Resultados Per. Anterior
Saldo no início do período				
Movimentos do período				
Diferenças de câmbio favoráveis				17,47
Diferenças de câmbio desfavoráveis		12,46		
Saldo no final do período				

14.2. Razão para o uso de uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional

Não foi utilizada moeda de apresentação diferente da moeda funcional.

14.3. Razão para a alteração na moeda funcional (em relação quer à entidade que relata quer a uma unidade operacional estrangeira significativa)

Não houve alteração da moeda funcional.

15 - Acontecimentos após a data do balanço

15.1. Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Agência de Inovação, S.A.

15.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições

Não foram recebidas informações adicionais após a data do Balanço sobre condições que existiam à data do Balanço.

15.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não houve qualquer ajustamento proveniente de acontecimentos ocorridos após a data do Balanço.

16 - Impostos e contribuições

Itens Contabilísticos - Ativos por impostos diferidos

Balanço - (modelo normal) - Estado e outros entes públicos

Balanço - (modelo normal) - Passivos por impostos diferidos

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ajustamentos por impostos diferidos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imposto sobre o rendimento do período

16.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(561.476,48)	69.255,87
Imposto corrente	10.766,38	28.208,31
Imposto diferido	(39.102,14)	(120.057,59)
Imposto sobre o rendimento do período	(28.335,76)	(91.849,28)
Tributações autónomas	10.766,38	6.506,49
Taxa efetiva de imposto	5,04	(132,62)

16.2. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	(28.335,76)		(28.335,76)	(91.849,28)		(91.849,28)
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de ativos	1.747,29		1.747,29	1.747,29		1.747,29
Outros	(40.849,43)		(40.849,43)	(118.310,30)		(118.310,30)
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos						

impostos diferidos:						
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	(39.102,14)		(39.102,14)	(120.057,59)		(120.057,59)
Imposto corrente	10.766,38		10.766,38	28.208,31		28.208,31

16.3. Divulgações de diferenças temporárias, conforme quadro seguinte

Descrição	Período	Período anterior
Diferenças temporárias que originaram Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	47.072,82	
Soma A	47.072,82	
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos		
Revalorização de ativos	191.730,16	369.417,64
Subsídios relacionados com ativos	432.687,93	201.343,15
Soma B	624.418,09	570.760,79
Valores refletidos no balanço		
Ativos por impostos diferidos (Soma A x taxa(s))	12.474,30	
Passivos por impostos diferidos (Soma B x taxa(s))	165.470,74	151.251,57

16.4. Outras divulgações relacionadas com impostos sobre o rendimento

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das já mencionadas anteriormente.

16.5. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	30.174,24	10.766,38	35.956,56	28.208,31
Pagamentos por conta	1.000,00			
<i>Pagamentos especiais</i>	<i>1.000,00</i>			
Retenções efetuadas por terceiros	29.174,24		35.956,56	
Imposto estimado		10.766,38		28.208,31
Retenção de impostos sobre rendimentos		169.886,25		28.003,07
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	344,13			143,38
Contribuições para a Segurança Social		62.335,22		42.579,20
Outras tributações		1.065,53		2.617,53
Total	30.518,37	244.053,38	35.956,56	101.551,49

17 - Instrumentos financeiros

Balanço - (modelo normal) - Outros ativos financeiros

Balanço - (modelo normal) - Clientes

Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos a fornecedores

Balanço - (modelo normal) - Outras contas a receber

Balanço - (modelo normal) - Ativos financeiros detidos para negociação

Balanço - (modelo normal) - Capital realizado

Balanço - (modelo normal) - Outros instrumentos capital próprio

Balanço - (modelo normal) - Fornecedores

Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos de clientes

Balanço - (modelo normal) - Acionistas/sócios

Balanço - (modelo normal) - Financiamentos obtidos

Balanço - (modelo normal) - Outras contas a pagar

Balanço - (modelo normal) - Passivos financeiros detidos para negociação

Balanço - (modelo normal) - Outros passivos financeiros

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

17.1. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	39.487,07	39.487,07
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	39.487,07	39.487,07
Total	39.487,07	39.487,07

17.2. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	5.243.845,50		2.499,64		
Adiantamentos a fornecedores			2.499,64		
Outros ativos financeiros	5.243.845,50				
Passivos financeiros:			4.983.929,58		
Fornecedores			124.141,27		
Outras contas a pagar			4.859.788,31		
Ganhos e perdas líquidos:	12,46				
De passivos financeiros	12,46				
Rendimentos e gastos de juros:					
De ativos financeiros	3.059,71				

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	6.843.178,03		10.892,54		
Clientes			8.953,95		
Adiantamentos a fornecedores			1.938,59		
Outros ativos financeiros	6.843.178,03				
Passivos financeiros:			3.583.510,69		
Fornecedores			283.431,22		
Outras contas a pagar			3.300.079,47		
Ganhos e perdas líquidos:	17,47		246,55		
De ativos financeiros	17,47				
De passivos financeiros			246,55		
Rendimentos e gastos de juros:					
De ativos financeiros	41.281,46				

17.3. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Depósitos à Ordem, os valores existentes em Caixa e os rendimentos de Activos Financeiros foram mensurados ao Justo Valor de acordo com o nº15 da NCRF nº27 – “Instrumentos Financeiros”.

17.4. Divulgações para cada classe ativos financeiros transferidos para uma outra entidade em transações que não se qualificaram para desreconhecimento

Não houve transferência de activos financeiros para outra entidade em transações que não se qualificaram para desreconhecimento.

17.5. Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não foram contraídos quaisquer empréstimos nem existe qualquer incumprimento relacionado com empréstimos.

17.6. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social da Agência de Inovação, S.A. ascende a € 5.176.376,50, o qual se encontra totalmente subscrito e realizado.

17.7. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O número de acções nominativas representativas do capital social ascende a 1.037.350, sendo o seu valor nominal de € 4,99.

17.8. Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transações com ações próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de ações).

O número de acções no início e no final de 2012 permaneceu inalterado.

17.9. Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foi realizado qualquer aumento de capital durante o exercício de 2012.

17.10. Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

Não foram emitidos quaisquer outros instrumentos de Capital Próprio durante o ano de 2012.

18 - Benefícios dos empregados

Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Pagamentos ao pessoal

18.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	70,00	129.427,50	81,00	150.080,00
Pessoas remuneradas	70,00	129.427,50	81,00	150.080,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	70,00	129.427,50	81,00	150.080,00
Pessoas a tempo completo	70,00	129.427,50	81,00	150.080,00
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	70,00	129.427,50	81,00	150.080,00
Masculino	18,00	33.281,36	18,00	33.351,11
Feminino	52,00	96.146,14	63,00	116.728,89
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços	1,00	1.397,06	1,00	1.863,75
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

18.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	3.038.001,52	2.572.217,98
Remunerações dos órgãos sociais	85.278,45	126.013,93
Remunerações do pessoal	1.682.445,40	1.910.931,28
Indemnizações	828.983,49	48.539,34
Encargos sobre as remunerações	386.902,75	428.732,83
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	17.249,21	17.385,56
Outros gastos com o pessoal	37.142,22	40.615,04
(dos quais: formação)	96,00	797,00

18.3. Benefícios pós-emprego

A Agência de Inovação, S.A. não tem nem criou quaisquer "Benefícios Pós-Emprego" aos seus colaboradores.

18.4. Outros benefícios a longo prazo de empregados

Não existem benefícios a longo prazo para os empregados da Agência de Inovação, S.A.

18.5. Benefícios de cessação de emprego

No âmbito do Despedimento Colectivo de 14 colaboradores, ocorrido em 07-12-2012, foi acordado entre a Administração da AdI, S.A. e os referidos ex-colaboradores os seguintes benefícios:

- manutenção do Seguro de Saúde até à data do seu *términus* contratada (14-10-2013) para ex-colaboradores aderentes;
 - manutenção do plafond de chamadas telefónicas/sms"s mensais até 28-02-2013;
 - posse do aparelho de telemóvel que usavam em serviço da empresa por, em resultado do contrato com o operador, não acrescer custos para a AdI;
 - posse de alguns computadores portáteis que os ex-funcionários utilizaram até à data de cessação de funções, face ao seu reduzido ou inexistente valor residual.
-

18.6. Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota para além das mencionadas anteriormente.

19 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Balanço - (modelo normal) - Capital próprio

19.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	1.036,57	1.036,57
Fornecimentos e serviços externos	1.127.079,66	1.127.079,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	3.038.001,52	3.038.001,52
Remunerações	1.767.723,85	1.767.723,85
Outros gastos	1.270.277,67	1.270.277,67
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	695.416,46	695.416,46
Total das aquisições	8.199,18	8.199,18
Propriedades de investimento		
Valor líquido final	1.211.100,00	1.211.100,00

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	4.821,13	4.821,13
Fornecimentos e serviços externos	1.196.098,02	1.196.098,02
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	2.572.217,98	2.572.217,98
Remunerações	2.036.945,21	2.036.945,21
Outros gastos	535.272,77	535.272,77
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	943.545,53	943.545,53
Total das aquisições	21.660,18	21.660,18
(das quais edifícios e outras construções)	16.318,41	16.318,41
Propriedades de investimento		
Valor líquido final	1.464.279,70	1.464.279,70

19.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	1.036,57			1.036,57
Fornecimentos e serviços externos	1.127.079,66			1.127.079,66
Aquisições de ativos fixos tangíveis	8.199,18			8.199,18
Aquisições de ativos intangíveis	330.524,81			330.524,81
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	4.821,13			4.821,13
Fornecimentos e serviços externos	1.196.098,02			1.196.098,02
Aquisições de ativos fixos tangíveis	23.443,68			23.443,68
Aquisições de ativos intangíveis	72.540,55			72.540,55
Rendimentos suplementares:				

19.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regulação de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções.

- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

20 - Outras informações

20.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Não existem outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreender a posição financeira e os resultados para além das já mencionadas anteriormente.

Parecer do Fiscal Único



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2012, a actividade da empresa **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.** examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

- 1 - Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da Empresa no termo do período de 2012.
- 2 - Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 18 de Julho de 2013,

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

*Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936*

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681

D.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel/Fax: 262 081 617



Certificação Legal das Contas



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado Oficiais de Contas, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da empresa **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.** reportadas a 31 de Dezembro de 2012, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de balanço de **€ 11.277.553,64** (onze milhões, duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos) e um total de capital próprio de **€ 4.859.646,51** (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos), incluindo um resultado líquido negativo de **€ 533.140,72** (quinhentos e trinta e três mil, cento e quarenta euros e setenta e dois cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, embora tenha sido publicado em Diário da República, pelo Dec. Lei 266/2012 de 28 de dezembro, a dissolução da **Agência de Inovação-Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.**, com data de referência o dia 28 de Fevereiro de 2013, o Conselho de Administração entendeu preparar as suas demonstrações financeiras relativas ao período em



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado Oficiais de Contas, Lda.

análise numa ótica de continuidade, dado que se perspetiva que a sociedade se mantenha em actividade durante o período de 2013.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 18 de Julho de 2013

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

*Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936*

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681